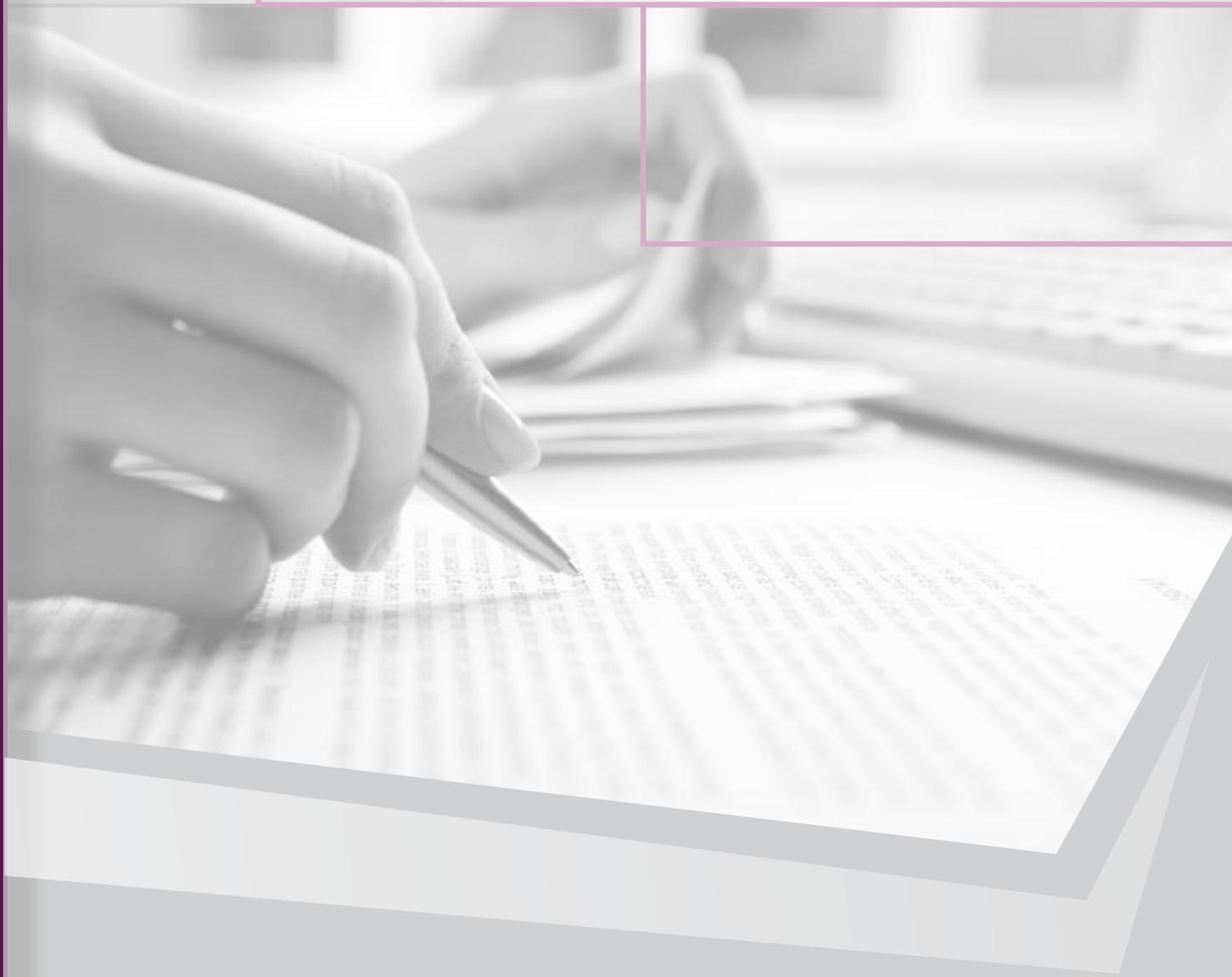




JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Relatório de Atividades 2012





Composição

Presidente:

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Vice-Presidente:

Desembargador Federal RALDÊNIO COSTA

Corregedor-Regional da Justiça Federal:

Desembargador Federal ANDRÉ FONTES

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER
Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND
Desembargador Federal REIS FRIEDE
Desembargador Federal ABEL GOMES
Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO
Desembargadora Federal LILIANE RORIZ
Desembargadora Federal LANA REGUEIRA
Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ
Desembargador Federal GUILHERME COUTO
Desembargador Federal GUILHERME CALMON
Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA
Desembargador Federal JOSÉ F. NEVES NETO
Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO
Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO
Desembargador Federal ALUISIO MENDES
Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER
Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM
Juiz Federal Convocado MARCELO PEREIRA DA SILVA
Juiz Federal Convocado RICARDO PERLINGEIRO
Juiz Federal Convocado THEOPHILO MIGUEL

Desembargador Federal Aposentado:
FREDERICO GUEIROS

Juízes Auxiliares do Gabinete da Presidência:
Juiz Federal Convocado ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU
Juiz Federal Convocado CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES

Diretor Geral:
JADERSON CORREA DOS PASSOS

Í N D I C E

1 – GESTÃO JURISDICIONAL	3
2 – OBJETIVOS E METAS	10
2.1 - Análise do Mapa/Plano Estratégico da Unidade	11
2.2 - Plano de Ação referente ao Exercício de 2011	13
2.2.1 - Metas Nacionais do Poder Judiciário	13
2.2.2 - Gestão de Projetos Estratégicos	16
2.3 - Revisão do Planejamento Estratégico – 2010/2014	20
3 – INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS.....	22
4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2011	
4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	25
4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades e Projetos	25
4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569.....	28
4.1.2.1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	28
4.1.2.2 - Assistência Médica e Odontológica	28
4.1.2.3 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	29
4.1.2.4- Auxílio-Transporte aos Servidores	29
4.1.2.5 - Auxílio-Alimentação aos Servidores.....	30
4.1.2.6 - Comunicação e Divulgação Institucional.....	30
4.1.2.7 - Capacitação de Recursos Humanos.....	30
4.1.2.8 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	31
4.1.2.9 - Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal	31
4.1.2.10 - Julgamento de Causas.....	33
4.1.2.11- PROJETO 1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal	43
4.1.2.12 - PROJETO 11JB – Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	44
4.1.2.13 - PROJETO 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal - ISIGI	45
4.1.2.14 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	47
4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	47
4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais	47
4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089.....	47
4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	47
4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais	50
4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos.....	50
4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901.....	51
4.3.2.1- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	51
4.3.2.2 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (RPVs)	53
4.3.2.3 – Devolução de Valores	54
CONCLUSÃO.....	55
ANEXOS.....	57
Anexo I - Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.....	58
Anexo II – Demonstrativo da Força de Trabalho	74

1 - GESTÃO JURISDICIONAL:

Em cumprimento ao inciso XXXII do art. 22 do Regimento Interno deste Tribunal, o TRF-2ª Região apresenta o Relatório de Atividades do Exercício de 2012.

O Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que se encontra sob a responsabilidade e gerência da JF – 2ª Região, é composto de 15 ações, sendo 10 Atividades, 1 Operação Especial e 4 Projetos (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 1834 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional; 11JB - Construção do Edifício-sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ).

Além desse Programa, foram disponibilizados os créditos orçamentários à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, no exercício de 2012, relativos aos Programas: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais.

De acordo com o previsto na Lei nº 12.593, de 18/1/2012 - Plano Plurianual para o período 2012/2015 – o aludido Programa tem como objetivo garantir o pleno exercício do direito, por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

A avaliação da Gestão, incluídos os elementos contábeis e financeiros, foi mapeada de forma a demonstrar o cumprimento das competências constitucionais, legais, normativas e regimentais, bem como as execuções programáticas e as ocorrências gerenciais de relevância durante o exercício de 2012.

O TRF-2ª Região obteve êxito no alcance da meta "processo julgado" vinculada à atividade Julgamento de Causas constante da LOA, demonstrando comprometimento da força de trabalho com resultados, garantindo, assim, melhoria na celeridade para julgamento dos feitos.

A JF da 2ª Região, no exercício de 2012, repetiu o bom desempenho na conquista das metas nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ: das cinco dessas metas e outras duas específicas para a Justiça Federal, a JF da 2ª Região cumpriu, integralmente, seis metas estabelecidas.

No tocante à Meta 11/2012, pendente de cumprimento, é relevante anotar que se encontra em execução plano de ação nacional, em conjunto com o CJF e demais Regionais, para implantação definitiva do processo de trabalho “Processamento de Recursos Inominados”, ao longo de 2013, na totalidade das Turmas Recursais do RJ e ES.

O detalhamento do plano de ação, dos indicadores e de metas encontra-se no Planejamento Estratégico em seção própria deste Relatório. O planejamento, fase essencial para todo tipo de ação, foi devidamente valorizado como etapa importante no alcance dos patamares estimados.

Concretamente, várias ações foram adotadas, com o objetivo de perseguir bons resultados. Neste contexto, para cumprimento da Meta Nacional 04/2012, foi constituído o Núcleo de Cooperação Judiciária, através da Resolução nº T2-RSP-2012/00036, de 14/6/2012, diretamente ligado à Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, com competência estabelecida pela Recomendação nº 38/2011 do CNJ.

No que se refere à remessa virtual de autos com recursos especiais admitidos, registra-se que o percentual de remessas eletrônicas de autos ao Superior Tribunal de Justiça subiu de cerca de 54% (2011) para 84% (2012) do quantitativo total de remessas.

Acrescenta-se que, ao final de 2011, foi determinado à Assessoria de Recursos que providenciasse o planejamento de mutirões com o objetivo de colocar em dia os segmentos de intimação de decisões, despachos e para contrarrazões aos recursos interpostos.

Entre decisões, despachos e atos ordinatórios, tanto por publicação como por vista direta a órgãos públicos, foram 37.906 intimações realizadas no exercício de 2012.

A execução dessa determinação, por sua vez, gerou um imenso acervo de petições para juntada, na sua maioria, de contrarrazões aos recursos interpostos.

Apesar da execução de mutirões nesse segmento, ao final de 2012, contava-se com um acervo de aproximadamente 10.800 petições por juntar, na sua grande maioria, de contrarrazões, todas do exercício de 2012.

Ainda na esfera de atuação da Vice-Presidência, consigna-se que houve reiteração, em seu Relatório de Atividades, de alguns fatores que vêm obstaculizando o bom andamento das atividades a cargo da Assessoria de Recursos.

Nesse sentido, importa mencionar que uma das alterações por que passou a estrutura organizacional do TRF-2ª Região no segmento judicial, com o advento da Resolução T2-RSP-2012/0087, de 18/10/2012, foi responsável por uma série de ajustes, sem aumento de despesa, entre os quais, a instituição da Assessoria de Gestão de Metas para funcionar nos vinte e quatro Gabinetes dos Exmos. Srs. Desembargadores Federais, com efeitos a partir de 7/1/2013. Essa iniciativa constitui o primeiro e importante passo na revisão da estrutura organizacional dos segmentos da área judicial.

No que tange à existência de área útil no complexo predial, insta anotar que os imóveis situados na Usina e na rua Visconde de Inhaúma estão passando por processo de modernização das instalações, de forma a abrigar setores da Administração do TRF-2ª Região, o que proporcionará, a médio prazo, a expansão de segmentos organizacionais da sede, com remanejamentos de alguns setores para os imóveis mencionados.

No âmbito da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, vale destacar que todos os processos em papel referentes a correições ordinárias e extraordinárias realizadas desde a fundação do TRF-2ª Região, em março de 1989, até outubro de 2012, foram integralmente digitalizados, encontrando-se disponíveis para a Instituição como documentos eletrônicos.

No que concerne à normatização na Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região, destacam-se o Provimento n.º 01, de 15/2/2012 - que revogou o § 2º do artigo 37, bem como alterou o parágrafo 1º do artigo 237, o artigo 356 e o caput do artigo 357, todos da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, no sentido de normatizar o cadastro de bens penhorados - e o Provimento n.º 10, de 2/8/2012, que alterou o artigo 351 da mencionada Consolidação, de modo a fixar prazo máximo para cumprimento dos mandados judiciais.

Com a efetiva instalação dos juízos previstos para o exercício de 2012, instituídos pela Lei 12.011/2009, foi necessário proceder à distribuição e redistribuição de feitos, incluindo-se aqueles destinados às novas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais na 2ª Região. Foram, para tanto, expedidos os Provimentos n.º 03, de 2/3/2012, n.º 04, de 20/3/2012, n.º 05, de 03/4/2012, n.º 07, de 8/6/2012, alterado pelo Provimento 08/2012 e o Provimento n.º 12, de 16/8/2012.

Com relação à capacitação de magistrados a cargo da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, destacam-se a relevante continuidade do Ensino à Distância – EAD, a firme atuação das Comissões Temáticas, além de importantes parcerias com instituições públicas e privadas, o que possibilitou promover-se o treinamento de 183 magistrados, ultrapassando o projetado para o exercício de 2012.

Além disso, o *Curso de Formação Inicial de Juízes Federais Substitutos da 2ª Região*, ministrado pela EMARF, passa a ser o modelo adotado por toda a Justiça Federal.

Anota-se terem sido adotadas todas as ações previstas para a conclusão do XIII Concurso Público para Juiz Federal Substituto, culminando com a posse de 20 juízes.

Na sequência, foi aberto o *XIV Concurso* para preenchimento de 58 vagas e de outras que surgirem durante o prazo de vigência do certame.

Com foco principal nas atividades finalísticas dos órgãos que compõem a JF 2ª Região, é destaque o fomento e o desenvolvimento contínuo das alternativas de pacificação de conflitos, expressas no movimento pela conciliação, quesito este indispensável na pauta de prioridades da Gestão.

A Presidência, acompanhada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF-2ª Região – NPSC2, vem exercendo firme papel no importante contexto da conciliação. Com efeito, são canalizadas forças para que entes públicos e privados ocupem o espaço de partícipes fundamentais nesses mecanismos de pôr fim às demandas.

Assim, a conciliação afigura-se como resposta breve e efetiva a extensos períodos de trâmites processuais, minimizando-se o desgaste e a ansiedade. A solução da lide, quando fruto de compartilhamento, propõe-se mais equânime, já que terá sido resultado da ativa negociação das partes. Prosseguindo neste caminho que prima pelo racional, tributário do prazo razoável da duração dos processos, é que se pôde chegar ao bom desempenho da JF da 2ª Região. O esforço concentrado de juízes, servidores e estagiários foi determinante para a efetivação dessas atividades.

Ainda no que concerne à conciliação, pontua-se a importante atuação dos órgãos da Justiça Federal na condução dos trabalhos, ao longo de 2012, envolvendo uma série de matérias, entre estas, Sistema Financeiro da Habitação, Danos Morais, Execução de Título Extrajudicial, Aposentadoria. No exercício de 2012, foram realizados quarenta e três mutirões, com o índice médio de 69,97 % de acordos, com o montante negociado de R\$96.488.194,63.

Portanto, foi emblemático na Gestão o incentivo e a valorização da conciliação e da instituição de outros mecanismos seguindo nesta mesma esteira. Assim, menciona-se a edição da Resolução nº T2-RSP-2012/00020, de 9/4/2012, que dispõe que, nas audiências de tentativa de conciliação referentes a contratos de mútuo do Sistema Financeiro da Habitação com a EMGEA/CEF, caso a parte autora, presente na audiência ou devidamente intimada, não demonstre interesse em conciliar, os autos serão encaminhados aos Juízes Federais Convocados para julgamento. No exercício de 2012, utilizando desse procedimento, foram julgados 87 processos na Justiça Federal de 1º Grau e 118, na Justiça Federal de 2º Grau.

Ao longo do exercício de 2012, foram consolidados mutirões de conciliação visando à interiorização, com atividades englobando quase todas as Subseções, com exceção apenas da Região Serrana, bem como novas frentes de conciliação em processos do INSS (remessas necessárias e aposentadoria de trabalhador rural).

Por sua vez, as Turmas Recursais ganharam estrutura permanente para enfrentar o crescimento exponencial da demanda nos Juizados Especiais Federais (JEFs), desde que foram instalados em 2002. Por conta disso é que a Segunda Região foi uma das mais empenhadas na implementação da Lei 12.665, de 13/6/2012, que cria a estrutura permanente das Turmas Recursais, com cargos de juízes e estrutura próprios. Tanto que o TRF-2ª Região foi o primeiro, dentre os cinco Tribunais Regionais Federais brasileiros, a lotar os titulares das suas Turmas, apenas dois meses após a sanção da lei. Dessa forma, a JF da 2.ª Região já possui 5 (cinco) Turmas Recursais.

Como matéria administrativa e privativa do TRF-2ª Região, na pessoa de seu Presidente, nos termos da Constituição Federal, foram regularmente observados a inscrição, o processamento e a liquidação de débitos judiciais contra a Fazenda Pública.

No tocante ao cumprimento das disposições legais e constitucionais, os precatórios alimentares foram pagos com precedência em relação aos demais e o pagamento das requisições de pequeno valor foi efetuado rigorosamente dentro do prazo máximo de 60 dias.

Destaca-se, mais uma vez, a eficiência da Administração em efetuar, logo no primeiro semestre do ano (abril, maio e junho), o depósito de todos os valores requisitados. Essa medida, além de caracterizar o aproveitamento imediato das disponibilidades orçamentárias e financeiras, representa um significativo avanço na qualidade da prestação jurisdicional, pelo fato de reduzir, expressivamente, o prazo para o cumprimento das condenações judiciais, justamente na fase administrativa de pagamento.

Ao longo do exercício, foram depositados 6.364 precatórios e 93.707 requisitórios de pequeno valor, no montante total de cerca de R\$ 1,7 bilhão.

Sob a perspectiva da busca por soluções que impactem positivamente o bom andamento das atividades judicantes e administrativas, foram celebrados dois Acordos na forma a seguir:

- Acordo de Cooperação Técnico-operacional celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, o TRF-2ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, para pagamento de precatórios em regime especial de liquidação e gestão das contas especiais abertas para este fim no âmbito do Estado do Espírito Santo;
- Acordo de Cooperação Técnico-operacional celebrado entre o TRF-2ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para expedição de precatórios e requisições de pequeno valor de forma eletrônica.

No ano de 2012, foi concluído o desenvolvimento do módulo de requisição eletrônica via WEB, que permite aos órgãos fracionários do TRF-2ª Região e às comarcas que atuam com competência delegada a expedição de requisições (precatórios e RPVs) de forma eletrônica. Essa modalidade de requisição foi disciplinada na Resolução TRF nº 79/2009.

No que reporta à expansão da Justiça Federal na 2ª Região, cumpre focalizar a instalação, no exercício de 2012, de 5 (cinco) juízos nas seguintes localidades: São Pedro da Aldeia (2.ª Vara Federal), São João de Meriti (6.ª Vara Federal), Campos dos Goytacazes (2.º Juizado Especial Federal) e Rio de Janeiro (9.ª Vara de Execução Fiscal e 10.ª Vara Criminal). A instalação dessas Unidades Judiciárias, nas respectivas jurisdições, beneficiou 7.333.130 habitantes.

Nesse sentido, o TRF-2ª Região definiu cronograma de instalação dos Juízos, adotando todas as medidas necessárias à previsão orçamentária para suportar as despesas com a nomeação de Juízes Federais Substitutos, designação de Juízes Federais e servidores, além das despesas com locação ou aquisição de imóveis, bem como aquelas de manutenção.

Cabe ressaltar que foi dado o primeiro passo para a efetiva virtualização das varas criminais. A Justiça Federal da 2ª Região conta com projeto-piloto que está sendo desenvolvido pela 2.ª Vara Criminal da SJES. Com efeito, a criação de varas e juizados eletrônicos garante transparência, agilidade no trâmite das causas, economia aos cofres públicos, além de contribuir para a redução do impacto ambiental.

O Portal de Estatísticas do TRF-2ª Região constitui ferramenta de suma importância para o planejamento estratégico da JF 2ª Região, com o qual é possível conhecer o número de processos distribuídos, em tramitação ou julgados, assim como obter informações sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ, ter acesso a todo tipo de dados a respeito dos processos em tramitação nos órgãos jurisdicionais. Logo, revela-se como um canal facilitador para o planejamento, gestão e avaliação de desempenho dos magistrados, o que, inegavelmente, influi na celeridade da prestação jurisdicional.

No que diz respeito ao acesso à informação, houve o implemento do estabelecido no artigo 4º da Resolução 102 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o qual regulamenta a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e determina a divulgação da remuneração de servidores e magistrados. Assim sendo, estão disponibilizados instrumentos de transparência dos dados relativos à atividade judiciária desta Região, refletindo-se na facilidade de acesso a quaisquer tipos de informação à população.

Implantou-se o Sistema Eletrônico de Certidões desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região, a partir dos requisitos e critérios estabelecidos pela área solicitante, em face da demanda das partes (eleições, licitações e concursos públicos). O aludido sistema trouxe resultados expressivos sob o ponto de vista de eficiência e economicidade.

Com efeito, entre maio, mês em que ocorreu a implantação, e dezembro de 2012, foram expedidas mais de 140.000 certidões. Já no ano de 2013, até o dia 30 de janeiro, esse número se aproximava de 20.000 certidões emitidas. Mais uma iniciativa importante para atendimento aos cidadãos, alinhando-se mais uma vez eficiência e prestação de serviços informatizados.

Com a instituição da Ouvidoria extensiva a toda JF da 2ª Região, aperfeiçoa-se um canal de participação dos jurisdicionados no que tange ao exercício do controle sobre a prática de atos levados a efeito por magistrados e juízes, resguardadas as competências da Presidência e da Corregedoria-Regional, para apreciação de casos que refujam à área de atuação da Ouvidoria. Destarte, esse segmento busca conferir transparência dos atos nas esferas judicial e administrativa, em total consonância com o espírito expresso na Resolução nº 103/CNJ, de 24/2/2010.

No ano de 2012, foram registrados 1.354 atendimentos, pelos diversos meios colocados à disposição dos usuários. Destes, 940 foram solucionados, restando 414 registros, que estão sendo acompanhados e aguardam solução.

A atual Gestão foi incansável na busca pela expansão das instalações do TRF-2ª Região, seja na construção de uma nova sede, seja na busca por outros imóveis, que pudessem minimizar as carências com espaço físico.

No tocante ao projeto de Construção do Edifício-Sede II do TRF-2ª Região, faz-se relevante anotar que foi levado a efeito trabalho de campo, para a definição do local e negociações para a cessão de terreno, na Av. Presidente Vargas, no Centro do Rio de Janeiro. Houve imprevistos com a diminuição de área no imóvel inicialmente escolhido, gerando uma série de procedimentos adicionais.

Com relação às condições físicas adequadas, importa mencionar, ainda, que as sedes de duas subseções de grande porte, São João de Meriti e Nova Iguaçu, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foram transferidas para prédios mais amplos, que atendem aos critérios de acessibilidade previstos em lei, além de seguir os padrões de mobiliário, divisórias e estações de trabalho da sede administrativa da Av. Almirante Barroso.

Assinala-se, ainda, que foram realizadas obras para melhoria do acesso ao Foro da Av. Venezuela, onde estão instaladas as Varas Criminais, de Execução Fiscal, os Juizados Especiais e as Turmas Recursais. As obras realizadas têm por objetivo oferecer mais conforto e segurança a quem entra no prédio, além de assegurar a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Na esfera sociocultural, enfoca-se que o Centro Cultural Justiça Federal – CCJF vem, efetivamente, firmando-se como importante espaço para expressão cultural dos mais variados matizes. Local de encontro para discussão de temas presentes na contemporaneidade cuja reflexão se faz necessária para o desenvolvimento de ações positivas, o mencionado Espaço contribui para formação de plateia, com atividades de inclusão social. A produção de eventos artísticos acolhida pelo CCJF consta do Relatório de Atividades na seção própria.

Devido ao desenvolvimento acelerado do parque tecnológico - com o aperfeiçoamento contínuo da técnica e o necessário planejamento de ações, o expressivo montante aplicado na obtenção de recursos de Tecnologia da Informação - o Tribunal de Contas da União recomendou, através do Acórdão nº 1603/2008, a adoção de parâmetros a serem aplicados nas contratações de TI, de forma a zelar pela eficiente e eficaz gestão dos recursos públicos. Essa importante política de planejamento das contratações e gerência dos futuros contratos de TI tiveram seus desdobramentos técnico-administrativos enfeixados pela Instrução Normativa nº 4, de 12/11/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP encampada pelo CJF, quando da edição da Resolução nº CF-RES-2012/00187, de 10/2/2012. Este último normativo dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Faz-se preponderante, destarte, a aplicação de critérios amplamente discutidos e amadurecidos, para que os investimentos sejam suficientes para assegurar tecnologia de ponta, com níveis de responsabilidade bastante definidos, garantindo-se, assim, o engajamento de todos com a austeridade necessária ao dispêndio de recursos públicos.

Importante mecanismo gerencial, o alinhamento de ações compartilhadas pelo TRF-2ª Região e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nas mais diversas áreas, contribuiu sobremaneira para o fortalecimento da disciplina, incorporação das boas práticas sempre em prol do desenvolvimento material e humano das Instituições.

O Sistema Integrado de Gestão Documental - SIGA-DOC é um *software* livre, criado pela equipe da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicações da SJRJ e implantado na instituição desde 2007. O *software* permite que todos os documentos administrativos tenham tramitação exclusivamente eletrônica. O SIGA-DOC está implantado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Seção Judiciária do Espírito Santo, no Conselho da Justiça Federal, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na Seção Judiciária de São Paulo, na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul e no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Com o objetivo de orientar os cidadãos no tocante a valores passíveis de recolhimento referentes a cada recurso, acompanhado de instruções de preenchimento dos competentes formulários, foi organizado e posto à disposição do público o "Guia de Custas Judiciais", na página do TRF-2ª Região e da SJRJ e SJES, cumprindo-se, assim, a Meta nº 05/2012 do CNJ.

Petições iniciais, que antes eram recebidas fisicamente - e de forma obrigatória - no Setor de Protocolo, poderão ser entregues virtualmente por meio dos sites das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O ajuizamento eletrônico não tem caráter obrigatório. As partes que desejarem também podem protocolar as petições iniciais em papel no Setor de Protocolo dos foros da Justiça Federal, na capital e no interior.

Com a disponibilização do serviço, conclui-se a implantação eletrônica de todas as fases da tramitação processual. Antes do ajuizamento eletrônico, após receber a inicial, a Justiça Federal digitalizava o documento e os anexos, guardando-os por 90 dias, quando eram descartados. A partir desse serviço, todo o ciclo do processo pode ocorrer digitalmente. Apenas os processos criminais ainda não tramitam eletronicamente.

O novo serviço traz também uma melhoria nas condições ambientais ao reduzir o uso de papel, tinta, grampos e outros produtos que utilizam recursos naturais ou agridem o meio ambiente. Só na capital do Rio de Janeiro deixam de ser consumidas aproximadamente 330 mil folhas de papel por mês, referentes a petições iniciais protocoladas. Além da economia de recursos naturais, essa iniciativa representa redução de gastos para a Seção Judiciária com contratos de digitalização, que têm um custo mensal de aproximadamente 25 mil reais, apenas com as petições iniciais da capital.

A nova regulamentação dá prioridade à efetivação das comunicações judiciais por meio eletrônico para partes cadastradas, acrescenta alguns detalhes ao conteúdo dos mandados judiciais e reduz a produção de seus anexos, objetivando a efetividade processual, a economia de papel, equipamentos, energia e outros recursos. A medida contribui para a ampliação da informatização do processo judicial e é fruto de parceria entre Oficiais de Justiça e Diretores de Secretaria de Varas/JEFs das diversas especialidades, visando ao aprimoramento do serviço de recebimento e impressão de mandados nas Seções de Controle de Mandados.

Sublinha-se que o registro e a autuação de feitos, nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, ocorrem de forma virtual, conforme explanado. No âmbito do TRF-2ª Região, encontra-se em andamento o Processo Judicial eletrônico – PJe, que pretende implantar o processo digital desde sua autuação.

Essa matéria se reveste de tamanha relevância que existe, na estrutura organizacional do TRF-2ª Região, a Subsecretaria de Gestão de Sistemas Judiciários, com duas unidades subordinadas: Núcleo de Processo Judicial Eletrônico e Núcleo de Digitalização.

Importa mencionar que, para viabilizar a implementação do “Projeto Estratégico da Justiça 100% Digital”, foram celebrados, em 2009, contratos – um com o Banco do Brasil - BB e outro com a Caixa Econômica Federal – CEF, contando com a participação do CJF e dos cinco Tribunais Regionais Federais.

No exercício de 2012, registra-se o dispêndio de R\$3.102.871,71 por conta das referidas Instituições bancárias. Deste total, apuram-se o treinamento do PJe (TRF/BB R\$105.000,00) e a aquisição de storage e de solução blade (SJES/CEF R\$2.997.871,71).

A busca de partícipes para consecução de resultados se apresenta, na atualidade, como eficaz escolha gerencial. Nesse sentido, anota-se a existência do Contrato nº 69, celebrado entre o TRF-2ª Região e a Caixa Econômica Federal, em 27/11/2009, com o objetivo de viabilizar condições econômico-financeiras e logísticas, por meio do custeio das aquisições de bens, serviços e realização de obras, que visem à melhoria da prestação jurisdicional. No exercício de 2012, foram aplicados recursos no valor total de R\$2.294.341,98, com ônus integral pela mencionada Instituição bancária. Esse montante compreende a aquisição de imóvel situado na Rua Visconde de Inhaúma, 58, no Centro do Rio de Janeiro para uso do TRF-2ª Região (R\$1.500.000,00), modernização das instalações e fiscalização na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim da SJES (R\$763.541,98) e melhoria das instalações da Rio Branco da SJRJ (R\$30.800,00).

Sob a perspectiva dos recursos arrecadados pela JF - 2ª Região, importa mencionar que a receita global ultrapassou o patamar de R\$ 2,4 bilhões. As despesas de operação e manutenção da JF - 2ª Região corresponderam a cerca de 41,22% dos recursos arrecadados. Destarte, constata-se que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo das Unidades da Justiça Federal da 2ª Região, montam a cerca de duas vezes e meia o valor das despesas para a manutenção do TRF- 2ª Região, da SJRJ e da SJES.

As ações gerenciais realizadas intencionaram alavancar projetos caros ao aperfeiçoamento da Justiça Federal da 2ª Região. O trabalho não se deve mensurar por conquistas esparsas a curto prazo, mas deve afeiçoá-lo à prática diária com afinco, determinação e humildade.

2 – OBJETIVOS E METAS:

A Lei nº 12.595, de 19/1/2012, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2012, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.125.403.204,00 (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e quatro reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 79.543.100,00 (setenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil e cem reais), além de R\$ 3.293.663,00 (três milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e três reais). Houve, ainda, uma redução de R\$13.369.363,00 (treze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais), resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.194.870.604,00 (um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e quatro reais).

Ao longo do exercício de 2012, a Justiça Federal da 2ª Região recebeu destaques no montante de R\$1.847.642.437,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais) para atender às Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado.

Ao final do exercício, restaram indisponíveis para execução recursos contingenciados no montante de R\$ 4.658.577,00 sendo R\$ 4.450.577,00 relativos ao TRF-2ª Região e R\$ 208.000,00 referentes às Seções Judiciárias. Permaneceram bloqueados, ainda, R\$ 3.293.663,00 referentes ao crédito extraordinário aberto pela Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, sendo R\$ 2.293.663,00 relativos ao TRF-2ª Região e R\$ 1.000.000,00 às Seções Judiciárias.

R\$				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR TRF- 2ªRegião	VALOR SEÇÕES	ENTIDADES	TOTAL
Dotação Inicial	297.727.193,00	827.676.011,00	0,00	1.125.403.204,00
Acréscimos	12.989.522,00	66.553.578	0,00	79.543.100,00
Especiais	2.293.663,00	1.000.000,00	0,00	3.293.663,00
Redução Orçamentária	5.455.931,00	7.913.432,00	0,00	13.369.363,00
DOTAÇÃO AUTORIZADA	307.554.447,00	887.316.157,00	0,00	1.194.870.604,00
Destaques Recebidos	0,00	0,00	1.847.642.437,00	1.847.642.437,00
Destaques Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	307.554.447,00	887.316.157,00	1.847.642.437,00	3.042.513.041,00
Dotação Indisponível	6.744.240,00	1.208.000,00	0,00	7.952.240,00
TOTAL GERAL	300.810.207,00	886.108.157,00	1.847.642.437,00	3.034.560.801,00

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Os créditos orçamentários disponibilizados para Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foram, no exercício de 2012, distribuídos em 03 (três) Programas: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

			R\$
PROGRAMA	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	155.402.196,00	0,00	155.402.196,00
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	1.031.308.168,00	0,00	1.031.308.168,00
0901 Cumprimento das Sentenças Judiciais	0,00	1.847.642.437,00	1.847.642.437,00
TOTAL	1.186.710.364,00	1.847.642.437,00	3.034.352.801,00

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Dos programas destinados à Justiça Federal da 2ª Região, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que é composto de 15 ações, sendo 10 Atividades, 01 Operação Especial e 04 Projetos (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 3755 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional; 11JB – Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ). De acordo com o previsto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015), o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

O Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, considerando os Destaques Recebidos de Autarquias e Fundações Públicas destina-se ao pagamento de débitos judiciais devidos pela União.

2.1 - ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE

A Justiça Federal da 2ª Região deu continuidade, ao longo de 2012, ao terceiro ano da fase de execução e acompanhamento do Planejamento Estratégico Regional aprovado para o quinquênio 2010-2014, através da Resolução nº 48, deste Tribunal, de 18/12/2009. Este planejamento encontra-se alinhado ao planejamento estratégico nacional para a Justiça Federal, com coordenação exercida pelo Conselho da Justiça Federal.

O Mapa Estratégico Regional da Justiça Federal da 2ª Região baseia-se na representação equilibrada de um conjunto de 15 objetivos estratégicos e de indicadores operacionais e financeiros, segundo três perspectivas (sociedade, processos internos e recursos), interligados por relações de causa e efeito e operacionalizados por ações e projetos, apontando o caminho para o sucesso de sua missão institucional e o alcance da visão de futuro, qual seja, “até 2014, ser reconhecida perante à sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica”, conforme se verifica na figura a seguir.

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Embora o Mapa Estratégico tenha abrangência regional, é importante salientar que existem diferenças na condução das ações necessárias para se atingirem os objetivos pretendidos nas três Unidades que compõem a 2ª. Região, por conta das especificidades jurisdicionais.

No Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foram adotadas, dentre outras, as seguintes iniciativas para a consecução dos objetivos estratégicos previstos:

- Execução, com o devido acompanhamento e controle através de metodologia específica para a Justiça Federal, de projetos que compõem a carteira de iniciativas estratégicas da 2ª. Região;
- Definição de atividades relacionadas ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas pelos Presidentes dos Tribunais, durante o V Encontro Nacional do Judiciário, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sendo que algumas são específicas para o segmento da Justiça Federal;
- Coleta de indicadores previamente definidos quando da elaboração do Mapa para monitoramento do desempenho do Planejamento Estratégico e promoção de ajustes, quando for o caso.

No âmbito das Seccionais, o foco foi o de dar continuidade às ações determinadas pela legislação, pelas normas às quais a Instituição está subordinada e ao alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário de acordo com o planejamento estratégico do período 2010-2014.

Conseqüentemente, na SJRJ, foram criados indicadores institucionais, além dos estratégicos informados anualmente ao Conselho de Justiça Federal (CJF), por meio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Os objetivos estratégicos atendidos foram: facilitar o acesso à Justiça Federal, garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais e agilizar nos trâmites judiciais e administrativos.

2.2 - PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012

Conforme estabelecido na Resolução nº 70/2009, do CNJ, são aprovadas, anualmente, pelos Presidentes de todos os tribunais do Brasil, as metas nacionais de desempenho para o Judiciário.

Concomitante aos projetos regionais, a Justiça Federal da 2ª Região não mediu esforços para alcançar o cumprimento das metas do Poder Judiciário, tanto as pendentes dos anos anteriores, quanto às relativas ao ano de 2012.

Em conjunto com o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça, a Justiça Federal da 2ª Região atuou também no desdobramento da estratégia do Poder Judiciário, através de programas, projetos e ações como: Processo Judicial Eletrônico – PJe, Cooperação Judiciária (Meta 04/2012), Justiça Aberta, Justiça em Números, Conciliação (Semana Nacional de Conciliação) e Justiça Aqui.

2.2.1 - Metas Nacionais do Poder Judiciário

Para apoiar e coordenar os planos de ação para as metas nacionais, a Presidência do TRF2 designou um desembargador federal e um juiz federal com a atribuição de gerenciamento e controle para o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2012, bem como para representar o Tribunal perante o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

PLANO DE AÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS DE 2012

Meta	Descrição da Meta	Plano de Ação
01/2012	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.	Disponibilizado no Portal de Estatísticas da Justiça Federal da 2ª Região ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta.
02/2012	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007, bem como 50% dos processos distribuídos de 2007 a 2009 nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais	Consistiu na identificação de processos judiciais mais antigos e na adoção de medidas concretas para priorização do julgamento dos processos distribuídos até 2007, no TRF e na 1ª Instância., e nos JEF e TR até 2009. Disponibilizado no Portal de Estatísticas ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta.
03/2012	Disponibilizar para consulta pública na <i>internet</i> , com andamento atualizado, o conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça	Estes serviços já estão disponíveis nos portais da Justiça Federal da 2ª Região na <i>internet</i> .

Meta	Descrição da Meta	Plano de Ação
04/2012	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação	Constituído o Núcleo de Cooperação Judiciária, através da Resolução Nº T2- RSP-2012/00036 14/06/2012), diretamente ligado à Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, com a competência estabelecida pela Recomendação nº 38/2011, do CNJ. As designações dos magistrados de 1º grau na Seção Judiciária do RJ e do ES, que atuarão nas funções de Juiz de Cooperação, foram realizadas mediante atos do Corregedor-Regional, através das Portarias Nº T2-POR-2012/00003 e T2-POR-2012/00004, de 18/06/2012.
05/2012	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento	As informações sobre custas e a geração automática das GRUs já estão disponíveis nos sites da Justiça Federal da 2ª Região.
10/2012	Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011)	Destaca-se a realização de diversas iniciativas voltadas à concretização de audiências de conciliação, capacitação de juizes e servidores para atuarem nos mutirões. Como resultado o desempenho foi de 14,60% superior ao exercício de 2011, totalizando 21.298 audiências designadas.
11/2012	Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento da rotina) em 50% das turmas recursais	Em execução plano de ação nacional, em conjunto com o CJF e demais Regionais, para implantação definitiva do processo de trabalho "Processamento de Recursos Inonimados", ao longo de 2013 na totalidade das Turmas Recursais do RJ e do ES.

Destas, a Meta 11 (implantar gestão por processo de trabalho - gerenciamento de rotinas - em 50% das turmas recursais), não pôde ser cumprida pela Corte, pois ainda depende de plano de ação elaborado em conjunto com o Conselho da Justiça Federal e os demais Tribunais Regionais, cujo cumprimento de 100% das turmas recursais (RJ e ES) está previsto para dezembro de 2013.

A tabela a seguir mostra o grau de cumprimento obtido pela Justiça Federal da 2ª Região nas metas nacionais de 2012:

META	DESCRIÇÃO	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)			SITUAÇÃO
		2010	2011	2012	
01/2012	Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012. (antigas metas 03/2011 e 01/2010)	103%	107,2%	102,1%	
02/2012	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007 no STJ; 70%, de 2008 a 2009, na Justiça Militar da União; 50%, de 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º grau da Justiça Estadual.	-	-	197,2%	
03/2012	Disponibilizar para consulta pública na <i>internet</i> , com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça.	-	-	SIM	
04/2012	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.	-	-	SIM	
05/2012	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.	-	-	SIM	
10/2012	Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).	-	-	104,2%	
11/2012	Implantar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.	-	-	NÃO	

 - cumprida  - pendente  - não cumprida

Fonte: Portal de Estatística TRF2

Portanto, das cinco metas nacionais e outras duas específicas para a Justiça Federal para o ano de 2012, a Justiça Federal da Segunda Região cumpriu, integralmente, seis dessas metas.

No quadro a seguir é apresentado o grau de cumprimento da Justiça Federal nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, ainda consideradas pendentes pelo CNJ, comparativamente aos anos de 2010 e 2011:

META	DESCRIÇÃO	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)			SITUAÇÃO
		2010	2011	2012	
02/2009	Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	89,4%	94,1%	96,9%	
02/2010	Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.	68,1%	84,6%	91,2%	
03/2010	Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).	8,1% (execução não fiscal)	21,5% (execução não fiscal)	32,1% (execução não fiscal)	 
		-5,2% (execução fiscal)	-14,8% (execução fiscal)	-13,4% (execução fiscal)	
04/2010	Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	52,5 % (dez10)	87,3% (dez11)	81,6% (dez12)	
		45,7% (acum10)	74,4% (acum11)	90,3% (acum12)	

 - cumprida  - pendente  - não cumprida

Fonte: Portal de Estatística TRF2

2.2.2 - Gestão de Projetos Estratégicos

No TRF- 2ª Região, a execução dos projetos levou em consideração o período de atuação do Planejamento Estratégico de 2010 até 2014. Em função disso, e por conta da necessidade de aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis, tanto em termos físicos quanto em termos de pessoal, vários projetos ainda se encontram em andamento, mantendo, porém, seu prazo de conclusão, que coincidiria com o término da primeira etapa de implementação do Plano, em 2014.

Os principais projetos executados em 2012, na SJRJ, relacionam-se as instalações de novas unidades judiciárias, transferências de sede de subseções, ampliação da estrutura de Turmas Recursais e transferências de unidades administrativas.

Os principais projetos acompanhados pelo Escritório de Projetos da Seccional do Espírito Santo foram o de implantação do processo administrativo eletrônico, implantação da coleta seletiva de lixo no Edifício Sede e o de Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos.

No TRF- 2ª Região, a carteira de projetos (portfólio) tem um aspecto mais amplo, abrangendo diversos setores e atividades dentro da estrutura organizacional.

O quadro a seguir lista a situação dos projetos da 2ª. Região, de acordo com cada unidade institucional. Para simplificar a apresentação, não foram considerados os projetos que, embora fazendo parte do portfólio original, já tinham sido informados como concluídos no relatório de 2011.

Status dos Projetos Estratégicos da 2ª. Região

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	1. Acessibilidade – PNE	Aguardando definições	dez/2014
TRF	3. Atendimento ao Cidadão	Em execução	dez/2014
TRF	6. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	7. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	8. Portal de Informações Gerenciais	Aguardando definições	dez/2014
TRF	10. Padronização das Tabelas Nacionais	Em execução	dez/2014
TRF	11. Implantação de novas Varas e JEFs	Em execução	dez/2014
TRF	14. Ampliação da Área Física do TRF	Em execução	dez/2014
TRF	16. Atualização do Parque Gráfico	Em execução	dez/2014
TRF	19. Biblioteca Digital	Concluído	dez/2014
TRF	24. Implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP	Aguardando definições	dez/2014
TRF	27. Comunicação Institucional	Não iniciado	dez/2014
TRF	28. Programação Visual	Em execução	dez/2014
TRF	29. Nova Intranet	Concluído	dez/2014
TRF	30. Reformulação do Portal	Concluído	dez/2014
TRF	32. Escritório de Processos	Em execução	dez/2014
TRF	34. FOREJEF – Fórum Regional dos JEFs	Excluído	-
TRF	39. Agenda Ambiental	Suspenso	dez/2014
TRF	40. Racionalização do Consumo de Energia Elétrica	Aguardando definições	dez/2014
TRF	41. Nova Sede do TRF2	Aguardando definições	dez/2014
TRF	42. Governança de TI	Não iniciado	Não definida
TRF	43. Memória Institucional	Em execução	dez/2014
TRF	45. Biblioteca Acessível	Concluído	dez/2014
SJRJ	1. Reforma Foro Rio Branco	Não iniciado	dez/2015
SJRJ	3. Transferência Sede de Itaboraí	Concluído	Out/2012
SJRJ	4. Instalação da 6ª VF de São João de Meriti e transferência de sede	Concluído	jun/2012
SJRJ	9. Transferência Sede Administrativa	Concluído	Jul/2012
SJRJ	11. Ampliação da ocupação da AB	Em execução	dez/2013
SJRJ	12. Transferência Sede de Magé	Cancelado	-
SJRJ	14. Transferência da TI TRF2 para o 7o andar da Rio Branco	Cancelado	-

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
SJRJ	15. Instalação da 2a. Vara Federal de São Pedro da Aldeia	Concluído	mar/2012
SJRJ	16. Instalação do 2º JEF compartilhado com o 1º JEF em Campos	Concluído	abr/2012
SJRJ	17. Instalação de 2 Gabinetes de Turmas Recursais	Concluído	Ago/2012
SJES	1. Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional	Não iniciado	Não definida
SJES	4. Ampliação do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim	Excluído	-
SJES	5. Administração 100% Digital	Em execução	mar/2012
SJES	6. Justiça 100% Digital	Em execução	Não definida
SJES	8. Coleta seletiva do prédio sede da SJES	Concluído	Jan/2013
SJES	9. Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos	Em execução	Fev/2013
SJES	10. Boletim Interno Eletrônico	Em execução	Mai/2013

Fonte: Gestão Estratégica/TRF2

O gráfico a seguir apresenta de maneira sintética os percentuais relacionados aos status dos projetos monitorados ao longo do exercício de 2012.



Fonte: Gestão Estratégica / TRF2

Pela análise do gráfico acima, constata-se que praticamente dois terços (65%) dos projetos previstos para a 2ª. Região estão concluídos ou em andamento, evidenciando uma evolução em

termos de aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos, considerando-se, também, o limite de execução do planejamento estratégico, até o final de 2014.

Além destas, podemos citar como contribuições adicionais as seguintes iniciativas ocorridas ao longo do exercício de 2012:

- **Alinhamento Regional**

Em consonância com o mapa estratégico da Justiça Federal, tema "Alinhamento e Integração", mais especificamente, no objetivo "Garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª. Região", para assegurar que as unidades organizacionais atuem de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos, padrões, metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional, foram promovidos dois Encontros de Dirigentes das três Unidades da Justiça Federal.

A partir do primeiro encontro, realizado ao final de 2011, foi formatado um documento que culminou com a expedição da Resolução T2-RSP- 2012/0006, de 13/01/2012, que definiu diretrizes e ações para o alinhamento e integração regional. Semestralmente, os resultados foram avaliados através de relatórios de acompanhamento e, no II Encontro de Dirigentes realizado em agosto/2012, o documento foi examinado, revisado e proposto sua atualização com novas ações para o alinhamento até 31/12/2013. A nova resolução levou o nº T2-RSP – 2013/0007, de 18/02/2013.

- **Expansão das Turmas Recursais**

No ano de 2012 deu-se o início da expansão e alteração da estrutura das Turmas Recursais em âmbito nacional. Na SJRJ foram criados mais 4 gabinetes de Turmas em atendimento à Resolução nº T2-RSP-2011/00013 do TRF- 2ª Região e à Lei nº 12.665/2012, prevista para ser finalizada em 2013, com a instalação física de mais 12 gabinetes de Turma Recursal.

- **Transferência das Varas Previdenciárias da Capital**

Concomitantemente ao projeto de reorganização das Turmas Recursais, e com o fim de viabilizá-lo, foram transferidas as varas com competência Previdenciária do Foro Desembargadora Federal Marilena Franco, onde serão instalados os novos gabinetes de Turmas, para o Foro da Avenida Rio Branco. Dessa forma, entre os meses de novembro e dezembro, foi realizada a realocação de 4 Varas Previdenciárias no Foro da Rio Branco, onde já atuam as Varas Cíveis. A solenidade que marcou a reinstalação das Varas Previdenciárias foi realizada no dia 11/12/2012.

- **Transferência da Nova Sede da Subseção de Itaboraí**

Além dos projetos que tiveram por objetivo o cumprimento de leis e resoluções já citadas, a SJRJ inaugurou em outubro as novas instalações da Subseção de Itaboraí, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, magistrados e jurisdicionados, aprimorando, assim, a prestação jurisdicional naquela localidade.

Com uma área de aproximadamente 1.000 m², distribuídos em 3 andares e abrigando duas Varas Federais de competência mista, a nova sede foi inaugurada seguindo os padrões de mobiliário utilizados na Sede Administrativa da Capital.

- **Ocupação da Sede Administrativa**

Desde a inauguração do prédio que recebeu as áreas da Administração da SJRJ, em fevereiro de 2011, havia um projeto de ocupação do imóvel, visando facilitar as relações de trabalho entre as áreas que formam a estrutura administrativa da 1ª Instância no Rio de Janeiro. Seguindo um conceito moderno de mobiliário, com estações de trabalho, a ideia era permitir que toda a estrutura administrativa da Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro pudesse ficar reunida em só lugar.

Atendendo a esse padrão, no final de 2011, praticamente 60% do prédio já estava ocupado, incluindo a SG e a DIRFO.

No início de 2012, após vários estudos para melhor aproveitamento do espaço, foi dada sequência ao projeto, tendo a Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento (CCDE) - composta pelas Seções de Capacitação, Comportamento Organizacional e a Equipe de Educação à Distância - também se instalado no novo prédio. Assim, em maio de 2012, o índice de ocupação do imóvel que abriga a sede Administrativa da Justiça Federal de 1º Grau já passava de 70%. Para 2013, dando continuidade ao projeto há previsão de ocupação da sede pelo Núcleo de Controle de Mandados, finalizando, assim, o projeto iniciado em 2011.

Por conta de especificidades relacionadas à sua criação, competências e área de atuação, cada unidade organizacional componente da Justiça Federal da 2ª. Região adotou um tratamento específico para alcançar os objetivos estratégicos presentes no mapa. No caso do TRF-2ª Região, alguns objetivos foram impulsionados pelo cumprimento das Metas previstas para o Poder Judiciário, enquanto que outros foram atingidos por planos de ações específicos e monitoramento dos projetos estratégicos que estiveram em curso ao longo do ano, tanto os de caráter regional quanto os de abrangência nacional com contribuição regional pelas unidades da 2ª. Região. Para aumentar a qualificação de servidores com potencial para execução de atividades ligados ao gerenciamento de projetos e planejamento estratégico, foram oferecidos cursos adicionais pelo Escritório de Projetos, com o apoio da Divisão de Capacitação - DICRE da Secretaria de Recursos Humanos do TRF- 2ª Região.

Para a SJRJ, a demanda principal seria instalar todas as unidades judiciárias dentro dos respectivos prazos, de acordo com os padrões estipulados pela DIRFO para a prestação jurisdicional, o que foi conseguido tratando-se cada ação como um projeto. Dessa forma, todas as ações ficaram sob a gerência do Escritório de Projetos da SJRJ, que aplicou a metodologia de gerenciamento de projetos preconizada pelo Conselho da Justiça Federal - CJF.

A aplicação da metodologia e a centralização do controle das ações através do Escritório de Projetos foram fundamentais para a viabilização de todas as inaugurações das unidades judiciárias e as transferências de subseções previstas, pois deu maior organização, sincronismo e unidade às tarefas.

Para dar consistência ao gerenciamento de projetos foram utilizadas várias ferramentas já previstas na metodologia adotada para a Justiça Federal, cuja coordenação cabe ao Conselho da Justiça Federal. A principal delas foi a construção de uma Estrutura Analítica de Projeto (EAP) para cada projeto. A criação de EAPs e de cronogramas já vinha sendo feita pelo Escritório de Projetos em projetos anteriores. Com elas, consegue-se gerar cronogramas mais consistentes e confiáveis. A partir disso, os prazos para execução de cada tarefa eram negociados com as respectivas áreas, considerando inclusive a sobreposição de projetos, em reuniões devidamente registradas e documentadas.

2.3 - REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2010/2014

Concomitante à execução do Planejamento Estratégico Regional, o Tribunal teve participação no Comitê Técnico Nacional no CJF que monitora a estratégia da Justiça Federal.

Entretanto, desde a sua implementação, em 2009, e por se tratar de uma abordagem em primeira versão, pioneira na Justiça Federal, o Planejamento Estratégico necessitava de alguns ajustes em termos de concepção e operacionalização de seus resultados, o que motivou uma revisão do mesmo em julho de 2012, buscando uma melhor adequação dos painéis e indicadores (originalmente regionalizados) às metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente no que dizia respeito à coleta dos dados estratégicos.

Como ponto de partida do processo de revisão, foi definido que a estratégia da Justiça Federal seria traduzida por meio de um único mapa estratégico, institucional, de acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard*. Desta forma, os órgãos que compõem a Justiça Federal contribuiriam para o alcance da estratégia por meio do desdobramento dos indicadores e metas, bem como pelas iniciativas estratégicas propostas.

Concomitante à revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal foi realizado o mesmo procedimento para a revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação PETI, envolvendo o Comitê de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, por intermédio da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF.

Com a aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, através da Resolução CJF Nº 194/2012, cada Regional e o próprio CJF deveriam adequar seus normativos à presente revisão do Planejamento, o que, na 2ª Região, foi viabilizado através Resolução T2-RSP-2012-00108, de 10/12/2012.

3 - INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

A Justiça Federal da 2ª Região tem seu desempenho estratégico monitorado através da mensuração trimestral e consolidação anual de 28 indicadores estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2010-2014. Procede-se à análise do alcance das metas estabelecidas, tanto para o Tribunal como para as Seccionais vinculadas, ao final do exercício.

Para cada um dos indicadores foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de modo a bem demonstrar os resultados da gestão, indicando-se, inclusive, qual unidade seria a responsável pelo acompanhamento daquela medição.

A seguir apresentamos os gráficos com o desempenho das metas do planejamento estratégico e uma tabela resumo, contendo os 28 indicadores estratégicos com os respectivos resultados alcançados em 2010, 2011 e 2012.

GRÁFICO : ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS NO EXERCÍCIO DE 2012 (EM UNIDADES)

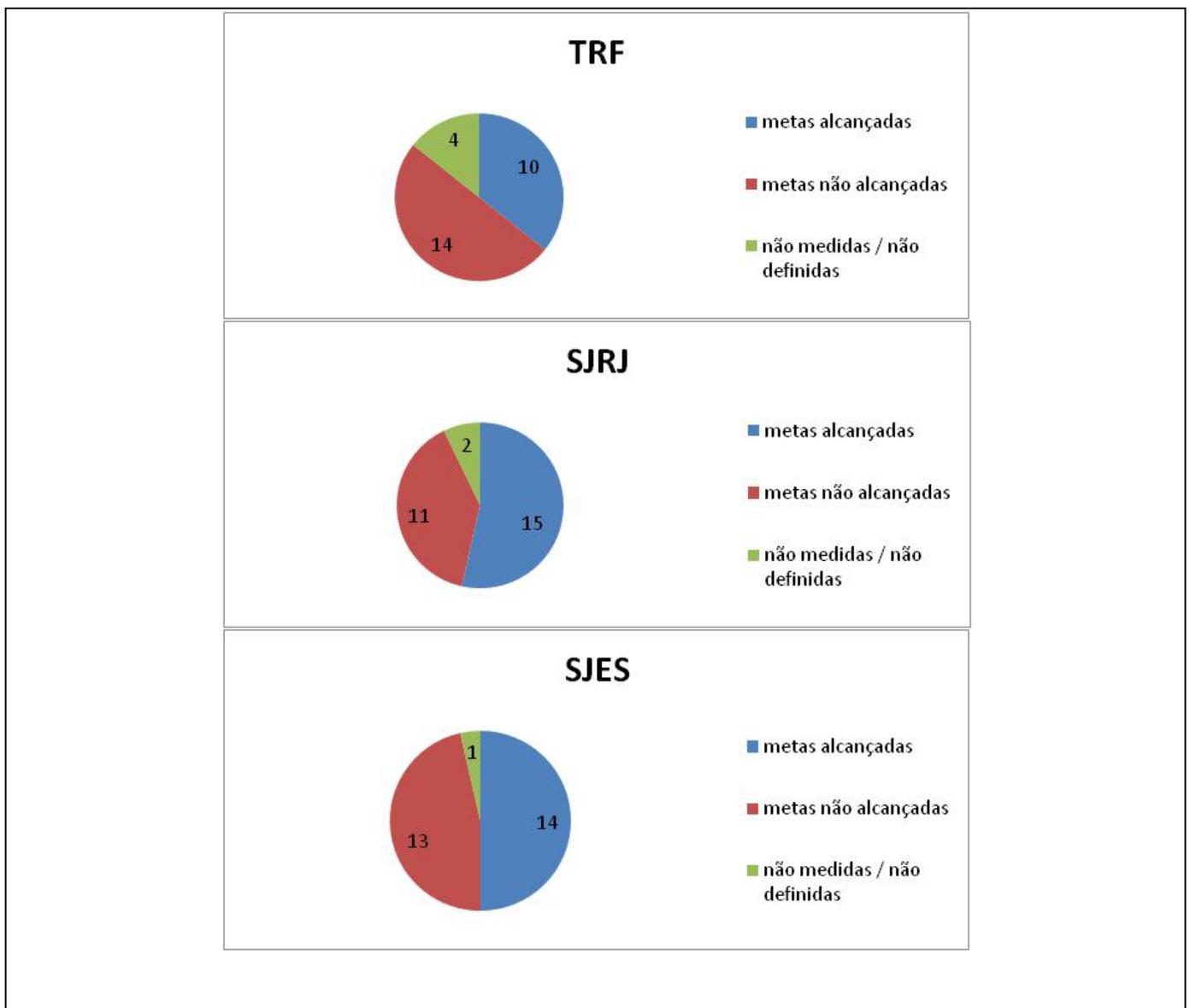


FIGURA – COMPARATIVO DESEMPENHO INDICADORES 2010/11/12

INDICADOR		DESEMPENHO INDICADORES 2010/11/12											
		TRF2				SJRI				SJES			
		REALIZADO			META	REALIZADO			META	REALIZADO			META
		2010	2011	2012	2012	2010	2011	2012	2012	2010	2011	2012	2012
1	Satisfação da Sociedade	82,7%	84,6%	NM	93%	NM	NM	NM	93%	NM	NM	76,1%	93%
2	Idade do Acervo (TRF e 1º Grau)	15%	14,5%	14,7%	7%	55,5%	48%	48,8%	31%	47%	45,1%	46,7%	32%
	Idade do Acervo (JEF)	NA	NA	NA	NA	2,3%	9%	8,6%	0%	2,7%	8%	7,2%	0%
3	Congestionamento (Fase Conhecimento - TRF e 1º Grau)	50%	46,6%	42,8%	37%	46%	65,8%	67,2%	40%	30,3%	64,9%	65%	26%
	Congestionamento (Fase Conhecimento - JEF)	NA	NA	NA	NA	53%	45,4%	46,3%	25%	31,51%	67,9%	58,4%	51%
4	Tramitação do Processo (Administrativo)	41,3%	32%	30%	80%	59,9%	65%	96%	70%	13,7%	74,2%	68%	80%
5	Despesa por Processo	R\$ 4.575,21	R\$ 4.305,74	R\$ 4.304,35	R\$ 3.825,00	R\$ 2.140,43	R\$ 2.044,69	R\$ 2.180,60	R\$ 2.140,00	R\$ 3.474,38	R\$ 1.762,49	R\$ 2.229,63	R\$ 3.090,00
6	Virtualização de Processos (TRF e 1º Grau)	0%	0,0%	0%	70%	68,6%	85,3%	85,2%	100%	69%	80%	81,3%	100%
	Virtualização de processos (JEF)	NA	NA	NA	NA	99,4%	99,8%	99,7%	100%	84%	99,2%	99%	100%
7	Processos de Trabalho	3,5%	ND	ND	100%	16,6%	ND	ND	100%	6,4%	ND	ND	100%
8	Magistrados por Habitante	0,13	0,13	0,13	0,14	1,35	1,05	1,14	1,34	1,19	0,9	0,84	1,21
9	Interiorização da Justiça	NA	NA	NA	NA	21,7%	21,7%	21,7%	21,7%	7,9%	7,9%	7,9%	7,7%
10	Congestionamento (Fase Execução 1º Grau)	NA	NA	NA	NA	89,2%	87,5%	87,1%	81%	88,5%	91,5%	86,8%	79%
	Congestionamento (Fase Execução - JEF)	NA	NA	NA	NA	42,7%	41%	26,9%	52%	44,5%	44,1%	33,6%	59%
11	Iniciativas Sociais	381	405	466	425	9	12	11	11	8	20	77	14
12	Pessoas Beneficiadas pelas Iniciativas	114.119	138.518	170.919	135.000	1086	1628	1025	770	ND	3.220	2.469	3300
13	Consumo de Papel (resmas per capita)	6,4 resmas	9,7 resmas	10 resmas	6,5 resmas	7,8 resmas	9,9 resmas	9 resmas	9 resmas	7,2 resmas	14,5 resmas	8,4 resmas	10,4 resmas
14	Consumo de Água (m³ per capita)	23,6 m³	24,8 m³	21,2 m³	21,2 m³	17,8 m³	17,9 m³	17,1 m³	20,9 m³	14,8 m³	14,5 m³	12,1 m³	15,5 m³
15	Consumo de Energia Elétrica (Kw/h per capita)	4.928 Kw/h	4.957 Kw/h	5.155 Kw/h	4.580 Kw/h	3.673 Kw/h	3.513 Kw/h	3.326 Kw/h	2.158 Kw/h	2.087 Kw/h	2.491Kw/h	2.964 Kw/h	1.750 Kw/h
16	Responsabilidade Ambiental	52	54	43	45	18	15	14	13	6	16	13	13
17	Projetos Estratégicos Executados no Prazo	77%	50%	79%	80%	100%	66%	100%	80%	72%	85,7%	50%	80%
18	Convênios de Cooperação Técnica	100%	100%	100%	80%	66%	100%	100%	95%	100%	100%	53%	70%
19	Mídia Positiva	88,3%	55,4%	63%	85%	NM	66,7%	75,6%	85%	91,5%	81,5%	85,4%	85%
20	Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna	NM	40,9%	32,9%	60%	NM	64,2%	40,3%	78%	NM	36,5%	32,1%	60%
21	Capacitação	22%	18,8%	15,1%	30%	36,5%	45%	56,0%	30%	29%	28%	17,9%	30%
22	Clima Organizacional	NM	54,9%	72,7%	60%	NM	76,3%	78,8%	60%	NM	67,9%	78,8%	60%
23	Absenteísmo	3,3%	3,2%	3,6%	6%	5,8%	5,6%	5,8%	6%	4,3%	3,7%	4,7%	6%
24	Padrões Mínimos de TI	70%	81,5%	81,5%	60%	75%	87,5%	87,5%	87%	NM	62,9%	66,7%	60%
25	Satisfação com as Instalações	ND	63,6%	55,8%	80%	ND	80,5%	49,7%	81%	ND	87,2%	69,7%	70%
26	Disponibilidade de Serviços de TI	98,6%	97,5%	99,4%	98,5%	93,7%	94,1%	97%	98,5%	96,4%	97,9%	98,5%	98,5%
27	Orçamento Estratégico	3,1%	4,5%	7,8%	16,5%	1,7%	2,5%	1,9%	16%	1,7%	5,1%	5,0%	16%
28	Execução do Orçamento Estratégico	60,2%	77%	92%	90%	95%	100%	99,9%	90%	95%	58,8%	99,9%	90%

A partir da análise global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, demonstra-se, abaixo, o desempenho geral da estratégia da 2ª Região ao longo do exercício:

DESEMPENHO GERAL DA ESTRATÉGIA DA 2ª REGIÃO

INDICADORES	METAS 2010	Desempenho Médio (%)	METAS 2011	Desempenho Médio (%)	METAS 2012	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	10	35,7%	13	46,4%	13	46,4%
Metas Não Alcançadas	10	35,7%	12	42,9%	13	46,4%
Não Medidas/Não Definidas	8	28,6%	3	10,7%	2	7,2%
TOTAL	28	100%	28	100%	28	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/ TRF- 2ª Região

Apura-se o alcance, em média, de 13 metas dos 28 indicadores medidos, mesmo desempenho verificado no exercício de 2011. O percentual médio de 46,4% das metas não alcançadas segue sendo um ponto de alerta para a busca de melhorias e mudança de patamar de desempenho. Este resultado servirá para corrigir e direcionar os rumos da estratégia para que todos os resultados possam ser alcançados.

Quanto às metas não medidas, importante destacar que uma está diretamente relacionada ao andamento do projeto nacional do SIGJUS, gerenciada pelo CJF, o qual foi suspenso no ano de 2010, e outra relativa à pesquisa de satisfação dos usuários, tendo em vista orientação do CJF de que procederia a uma pesquisa em âmbito nacional.

Vale registrar que a pesquisa do clima organizacional de magistrados e servidores, levada a efeito pelo CJF no primeiro semestre de 2012, possibilitou a aferição de três indicadores relacionados à mesma, quais sejam, o clima organizacional de magistrados e servidores, a satisfação com a comunicação interna e a satisfação com as instalações físicas. Na ocasião foi constatado que todos os órgãos da 2ª Região sofreram avaliação positiva no indicador do clima organizacional, em média de 76,7%, superando a meta estabelecida no plano estratégico de 55%.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao indicador Taxa de Congestionamento do TRF- 2ª Região, que embora não tenha alcançado a meta de 37% para 2012, apresentou uma redução da ordem de 15% no congestionamento processual desde 2010 com um resultado de 43%. A Taxa de Congestionamento média nas Seccionais do RJ e do ES é de 60%, face ao maior volume do acervo.

No tocante à despesa por processo baixado, o índice manteve-se estável no Tribunal, em torno de R\$ 4,3 mil por processo com um grau de cumprimento de 86,4% da meta para 2012, enquanto nas Seccionais o valor médio da despesa foi de R\$ 2,2 mil, destacando-se o cumprimento da meta pela SJES em 138,6%.

As fichas da totalidade dos indicadores podem ser observadas no Anexo – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região, que integra o *Relatório Anual de Atividades*.

4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2012

4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Objetivo: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos:

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Pagamento de Pessoal Ativo da União Produto: UO 12103: RP não processados:	173.632.771,00		171.686.324,09 1.946.205,20	
Ação: Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes ⁽¹⁾ Produto: Pessoa beneficiada (unidade) UO 12101: O valor de R\$ 2.386.601,19 foi empenhado pelo TRF-2ª Região (UO 12.103) e se refere ao pagamento do Plano de Saúde dos Magistrados e servidores da Justiça Federal de 1ª Grau, cujo contrato firmado pelo TRF-2ª Região engloba as Seções Judiciárias (RJ e ES). (Dotação autorizada: R\$ 2.389.334,34). UO 12103: RP não processados:	3.247.400	3.405	3.144.423,40 31.098,90	2.432 0
Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 5 anos atendida (unidade) UO 12103: RP não processados:	1.024.320	180	976.435,95 0,00	169 0
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	631.734,00	294	587.731,60 1.674,91	312 0

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	9.352.562,00	1.077	9.313.721,73 38.840,27	1.113 0
Ação: Comunicação e Divulgação Institucional Produto: Matéria veiculada (unidade) UO 12103: RP não processados	86.333,00	700	14.800,00 19.905,00	0 0
Ação: Capacitação de Recursos Humanos Produto: Servidor capacitado (unidade) UO 12103: RP não processados	1.046.000,00	670	917.305,70 70.061,52	956 17
Ação: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade) UO 12103: RP não processados	30.000,00	80	66,68 0,00	1 0
Ação: Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal Produto: Centro cultural mantido (unidade) UO 12103: RP não processados	4.450.000,00	1	3.539.518,20 612.639,99	1 0

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
<p>Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p> <p>Produto: Processo julgado (unidade)</p> <p>UO 12101: O valor de R\$ 8.423.646,90 foi empenhado pelo TRF- 2º Região (UO 12.103) e se refere ao pagamento dos estagiários; ao pagamento do contrato de prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e atualização dos Sistemas de Acompanhamento Processual e Sistema de folha de pagamento da Justiça Federal de 1º Grau. Desse total, R\$ 841.761,81, referem-se a Empenhos a Liquidar.</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados:</p>	42.477.599,00	76.000	27.630.987,64 10.312.430,63	81.295 0
<p>Ação: Modernização de Instalações da Justiça Federal</p> <p>Produto: Instalação modernizada (unidade)</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados</p>	339.727,00	1	0,00 327.000,00	0 1
<p>Ação: Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região</p> <p>Produto: Edifício construído (% de execução física)</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados</p>	7.735.997,00	3	0,00 119.212,23	0 0,07
<p>Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais.</p> <p>Produto:</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados</p>	28.500.000,00		27.791.414,02 40.000,00	

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO/TRF- 2ª Região

Obs.:

1 - Foram computados inclusive os valores relativos a conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados
2 – Em relação à Ação CRH, o treinamento ocorreu no exercício de 2012.

4.1.2 – Resultado da Execução do Programa 0569

4.1.2.1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União – 20TP

A ação 20TP foi criada no exercício de 2012 para atendimento das despesas referentes a pessoal ativo. Durante o exercício de 2012, houve aportes adicionais no montante de R\$ 3.632.771,00, possibilitando, além das despesas ordinárias, o provimento de cargos vagos, inclusive decorrentes da criação do quadro de pessoal do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF (Lei 12.675 de 25/06/12).

Cumprir esclarecer que não há meta física atribuída a esta ação na LOA de 2012.

4.1.2.2 - Assistência Médica e Odontológica – 2004

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.656, de 3/6/98 e Resolução CJF nº 2 de 20/2/08, bem como, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97, foram alocados recursos visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes uma perfeita saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. Envolve despesas com serviços especializados de assistência médico-hospitalar, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, odontologia, serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Verifica-se que, em 31/12/12, encontravam-se inscritos nos benefícios Auxílio Saúde e Plano de Saúde 2.432 beneficiários. A meta de 3.405 não foi alcançada, haja vista que, à época da elaboração da Proposta Orçamentária para 2012, foi considerado que haveria a adesão total dos magistrados, servidores e dependentes que ainda não estavam cadastrados no programa, o que, de fato, não ocorreu ao longo do exercício. Outro fator relevante foi o fato de alguns servidores terem migrado para planos de saúde oferecidos por outros órgãos públicos, o que afastou o direito de receber o auxílio-saúde pelo Tribunal, tendo em vista ser vedada a acumulação de benefícios da mesma natureza percebidos pelos cofres públicos. Nesse sentido, embora, formalmente a meta realizada tenha sido inferior, foram adotadas todas as medidas gerenciais ao pleno atendimento dos benefícios sociais, tendo sido alcançado o objetivo do programa.

No campo da valorização do servidor e no investimento nos aspectos motivacionais, foram desenvolvidos vários programas voltados para o bem-estar físico e psicossocial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, introduzido pelo artigo 317 da Lei 11.907/09, que acrescentou a exigência de Exame Médico Periódico - EMP para os servidores, o Tribunal convocou para o exame médico periódico, no exercício de 2012, 1.274 servidores, sendo realizados 728 exames.

Essa ação se conjuga a outras que objetivam proporcionar condições para o acompanhamento e a valorização do bem maior do ser humano, a saúde. Essa preocupação do legislador encontra ressonância também no fomento do clima organizacional adequado, contando com servidores motivados, satisfeitos e produtivos.

Com relação às ações executadas à conta dessa Atividade, cabe destacar:

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Campanha de Vacinação contra o vírus Influenza	Magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.	1.050
Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia	Magistrados e servidores do Quadro de Pessoal (ativo) do TRF-2ª Região.	38*
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Crônicas	Magistrados e servidores <u>ativos e inativos</u> do Quadro deste Tribunal.	156
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Agudas	Magistrados e servidores em exercício neste Tribunal	909

*Posição em 31/12/12 (beneficiários inscritos)

Fonte: Planilha fornecida pelo setor de enfermagem/SRH

4.1.2.3 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – 2010

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar dos dependentes dos Magistrados e servidores deste Tribunal, na faixa etária de 0 a 6 anos (incluindo os excepcionais cujo desenvolvimento corresponde à idade mental relativa à faixa etária estabelecida), em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/06, no art. 54, inciso IV, da Lei nº 8.069/90, regulamentado pela Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08.

Consigna-se que o auxílio Assistência pré-escolar aos dependentes teve como teto o valor de R\$ 561,00, valor previsto na Portaria Conjunta nº 005/CJF, de 5/12/11, e pago através da tabela de cotas-parte dos beneficiários e do TRF-2ª Região, conforme percentual fixado na Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08.

Verifica-se que, em 31/12/12, encontravam-se inscritos 169 beneficiários, valor menor que o estabelecido como meta para 2012 (180). O fato de a meta atingida haver sido inferior àquela estabelecida na LOA decorreu das seguintes circunstâncias: ingresso de novos beneficiários inferior ao inicialmente previsto e exclusão de crianças cadastradas por atingirem a idade limite. Convém salientar, no entanto, que o objetivo da ação foi alcançado, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.

4.1.2.4 – Auxílio-Transporte aos Servidores – 2011

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamento do servidor da residência aos locais de trabalho.

O benefício encontra amparo na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/8/01, publicada no D.O.U. de 24/8/01; Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08 e Resoluções nº 12/TRF, de 22/9/00 e nº 28/TRF, de 18/10/01.

O quantitativo apurado (312 servidores em dezembro/2012) foi superior à meta prevista (294 beneficiários), em virtude da nomeação de servidores, em decorrência da publicação da Lei 12.675/2012 (criação dos cargos para o Centro Cultural Justiça Federal), além da opção pela inclusão no benefício por uma parcela de servidores, por ser mais vantajosa. Desta forma, o objetivo da ação foi atingido, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.

4.1.2.5 - Auxílio-Alimentação aos Servidores – 2012

Esta atividade refere-se à prestação de benefício alimentação sob a forma de pecúnia, pago no mês anterior ao da competência do benefício, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/9/92, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.527, de 10/12/97, sendo regulamentada para servidores através da Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08 e Resolução nº 10/TRF, de 4/4/05, e para magistrados conforme Resolução nº 175/CJF, de 16/12/11.

Valor mensal de R\$ 710,00, concedido para o período de 20/12/11 a 31/12/12, conforme Portaria Conjunta nº 5, de 5/12/11, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Verifica-se que, em 31/12/12, encontravam-se inscritos no benefício 1.113 beneficiários. A meta de 1.077 foi ultrapassada, tendo em vista que o número de novas posses ocorridas no exercício foi maior do que o anteriormente previsto, principalmente em razão do advento da Lei 12.675/2012, que criou novos cargos efetivos e comissionados para o Tribunal.

4.1.2.6 - Comunicação e Divulgação Institucional – 2549

Preliminarmente, importa destacar que, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – foi aberta, na LOA de 2012, a ação “Comunicação e Divulgação Institucional”, cujo objetivo é informar a sociedade acerca das atividades desenvolvidas pelo Órgão, tendo como meta física *matéria veiculada*.

Apesar de não ter havido execução física atrelada aos recursos desta ação, houve divulgação de 885 matérias (instrumentos internos ou através de TV, rádio e *internet*).

O valor inscrito em restos a pagar destina-se à aquisição de filmadora e bateria e despesas de natureza continuada referente à locação e instalação de equipamentos com sistema de gerenciamento de canal eletrônico para comunicação com os públicos interno e externo.

4.1.2.7 - Capacitação de Recursos Humanos – 4091

Os recursos alocados nessa Atividade destinam-se à execução de despesas com a qualificação dos magistrados e servidores através da compra de livros e outros materiais didáticos e da reciclagem e aprimoramento de seus conhecimentos, envolvendo a realização e participação em cursos, seminários, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos do gênero, nas áreas jurídica, administrativa, tecnológica, comportamental e afins.

A atividade em tela se reveste de relevância na conquista de instrumental moderno e atualizado, por parte de Magistrados e servidores, de forma a que a prestação de nossos serviços alcance a excelência almejada pela sociedade.

Considerando os esforços da Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, conforme dispõe o art. 39, § 2º da Constituição Federal e a Lei nº 11.416, de 15/12/06, verifica-se que, a cargo da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, o número de servidores treinados em 2012 foi de 895 (sendo 773 com ônus e 122 sem ônus). Deve ser acrescida ao quantitativo a parcela correspondente a 183, relativa ao treinamento de magistrados da Justiça Federal da 2ª Região. O montante perfaz 956 treinandos com ônus no exercício de 2012.

Portanto, a meta constante da LOA de 2012 – 670 servidores capacitados foi superada em 42,69%, segundo o critério de se contabilizar cada servidor capacitado uma única vez, mesmo que tenha participado de mais de um curso.

O quantitativo apurado da meta de treinandos com ônus pode ser explicado pela participação cada vez maior de servidores, contados uma única vez, nas ações de capacitação, o que demonstra o interesse na qualificação profissional.

Este Tribunal dispõe, na função de gerente, de 337 servidores - sendo 163 cargos em comissão (CJs) e 174 funções comissionadas (FCs), tendo sido treinado o quantitativo de 125 gerentes, o que representa, aproximadamente, 37,09% desses servidores. Certamente, a Lei nº 11.416/2006 reforçou o próprio espírito do treinamento, alinhando a motivação, a valorização do esforço pessoal e o foco principal no capital intelectual.

Observa-se que o total de 895 treinados (servidores) na Área de Recursos Humanos representa cerca de 70,58% da Força de Trabalho deste Tribunal, em 31.12.12 (1.268 servidores ativos). Analisando-se todos os treinamentos realizados pelos servidores, chega-se a um total de 1.579 capacitados, o que demonstra que os servidores, em média, participaram de dois eventos no ano.

Destacamos que serão capacitados 17 servidores a conta dos valores inscritos em restos a pagar.

4.1.2.8 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – 4224

Apesar de a meta projetada ter sido superior à realizada, todas as demandas apresentadas foram atendidas, garantindo, assim, a assistência jurídica gratuita àqueles que buscaram o benefício no TRF-2ª Região. Deve-se ressaltar, por oportuno, que as demandas apresentadas independem do poder discricionário do Gestor.

4.1.2.9 - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal

O papel fundamental da arte, da cultura e da história na construção da identidade nacional é reconhecido pela Constituição de 1988. A Lei Magna determina que é dever do Estado garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Entre outras atribuições, compete ao Estado preservar o patrimônio histórico e apoiar e incentivar a instituição de espaços culturais.

Este Regional tem plena consciência da importância de um espaço como o Centro Cultural, para o fomento de ideias, intercâmbio cultural, disseminação do saber em seus mais variados matizes. Assume-se, portanto, efetiva responsabilidade no campo sociocultural, de forma a promover cultura, garantindo a expressão do pensamento e a democratização do acesso a diversas manifestações culturais.

Não se deve aqui esquecer da complexa e desafiante missão do CCJF, que é a de oferecer um canal de fruição cultural à sociedade brasileira – em especial à população carioca -, respeitando a pluralidade de nossas manifestações culturais, em consonância com os preceitos constitucionais que asseguram o direito à cultura.

A visitação em 2012 recebeu 168.658 visitantes ao longo do ano. O *site* do CCJF teve um total de 70.157 acessos.

O CCJF realizou nesse período 354 projetos diversos, que promovem a inclusão social através da cultura e contribuem para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

As atividades oferecidas ao público podem ser assim elencadas:

28 Exposições inauguradas; 164 apresentações musicais diversas; 18 mostras cinematográficas; 20 atividades de artes cênicas aí incluídas peças teatrais, apresentações de dança e

opera estrearam; 24 lançamentos de livros, sendo 12 jurídicos e 12 não-jurídicos; 26 palestras, seminários, debates e mesas redondas sobre temas jurídicos; 5 palestras, debates e mesas redondas sobre temas não jurídicos; 16 oficinas; 7 cursos; 17 atividades realizadas na biblioteca dentro do projeto (Re) Conhecendo a Biblioteca do CCJF e 4 atividades também realizadas na biblioteca integrantes do projeto Mescla Literária e 25 atividades novas foram apresentadas no setor educativo, todas direcionadas para o público externo.

Cumprir destacar, na programação ofertada ao público durante o ano de 2012, os seguintes eventos:

- ✓ Exposições: *Simplemente Doisneau, Des&Encontros* da artista plástica Isabela Francisco, *Olhar Tátil* com curadoria de Mauro Trindade e *Olhares Sobrepostos - Fotografias de dois Pedros, dois Zecas, um Chico e um Domingos*, com curadoria de Milton Guran;
- ✓ Apresentações musicais: *Jurandir da Feira Canta Gonzagão, O Arquiteto* com o grupo de rock progressivo Quaterna Requien, *O Quinze* série que comemorou os 15 anos de carreira do músico Sérgio Oliveira e a *Série Violões da AV-Rio* com curadoria do violonista professor Nicolas de Souza Barros.
- ✓ Espetáculos de artes cênicas: *Abram-se os Históricos*, de Antônio Quinet e Regina Miranda; *O Cara*, de Miguel Thiré; *Tarja Preta*, de Adriana Falcão e *Jogos sem Objetos* de Giselda Fernandes.
- ✓ Mostras de audiovisual: *Festival do Rio 2012, Curta Cinema 2012, Festival Gay de Cinema 2012 e Mostra PUC de Cinema*.
- ✓ Oficinas: *O Ator no Solo Narrativo*, com Julio Adrião e a *Oficina de Poesia Falada* com João Pedro Fagerlander.
- ✓ Cursos: *História do Brasil* e a *Musica Popular: A Memória e o Som* com Paulo Luna e *Questões do Oriente Médio Contemporâneo* com o professor Paulo Hilu.
- ✓ Projeto Justiça e Pensamento: *A Modulação Tributária e a Justiça Fiscal e Política Direito e Administração Pública*, ambos coordenados pela Juíza Federal Fernanda Duarte.
- ✓ Eventos jurídicos: Seminário *Casamento Civil Iguatário: os mesmos direitos com os mesmos nomes* e *Violência, pacificação urbana e direitos humanos*, ambos com coordenação da Juíza Federal Fernanda Duarte.

Dentro do projeto “(Re) Conhecendo a Biblioteca”: os bate-papos *Entre Fotografias e Livros* com a professora Teresa Bastos; Projeto Coletivo *Mosaico Minuto Celebrando o Dia Mundial da Fotografia* com o fotógrafo Marcos Semola e *Amor o Futuro que se anuncia* com a professora Regina Navarro e a ação cultural *Liberte a Literatura*;

Dentro da série mescla literária, iniciada em 2012 com objetivo de fomentar a produção literária: *Clube da Leitura* e *Os Subversos*;

Atividades educativas: *Visitas Orientadas ao prédio do CCJF*; Projeto Educativo *a Terra Vista do Céu*; *Rio antigo um passeio no tempo* e a contação de histórias infantis *Histórias de Lilli*.

Registra-se a obra de instalação de um mezanino de estrutura metálica na cafeteria existente no CCJF, que moderniza e amplia a capacidade física do espaço, no valor de R\$ 41.990,00, a ser concluído em janeiro de 2013.

No ano de 2012, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou nos cofres públicos o valor de R\$ 19.196,52, em contrapartida pela concessão do espaço para exercer a atividade comercial.

Destacamos, a seguir, algumas obras/instalações e aquisição de equipamentos empenhados em 2012:

- Instalação de porta-*banners* e corrimão na escadaria de acesso ao CCJF.....R\$ 52.771,99

Justificativa: Divulgação das atividades e acessibilidade.

- Instalação de mezanino na cafeteria.....R\$ 41.990,00

Justificativa: Ampliação do espaço.

- Aquisição de tela de projeção, microfones, fones de ouvido, câmera filmadora e conversor digital de alta qualidade para uso no teatro do CCJF.....R\$ 20.216,80

Justificativa: Modernização dos equipamentos utilizados no teatro.

4.1.2.10 - Julgamento de Causas – 4257

Os recursos alocados nesta ação foram utilizados com vistas a assegurar as condições necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços prestados nas áreas judiciárias e administrativas, garantindo a efetividade da prestação jurisdicional.

O TRF-2ª Região cumpriu meta projetada para processos julgados (76.000), ultrapassando-a em 5.295 feitos (6,97% da previsão).

Esse resultado, embora pareça pouco em relação ao quantitativo de julgados do exercício anterior - cerca de 3% de acréscimo - revela engajamento da força de trabalho em prol do cumprimento da missão institucional.

No âmbito do TRF-2ª Região, no exercício de 2012, para cada 100 processos distribuídos, foram julgados 152,4 processos.

Cabe assinalar que a força de trabalho deste Tribunal, em 31/12/12, contava com 35 Magistrados (sendo 11 convocados) e 1.268 servidores, totalizando 1.303 pessoas (*vide* Anexo II).

Em dezembro de 2012, o TRF-2ª Região contava com 266 estagiários e as Seções Judiciárias vinculadas, 877, compreendidos os níveis superior e médio, assim distribuídos:

Quantitativo de Estagiários na Justiça Federal da 2ª Região

POSIÇÃO EM 31.12.12			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL SUPERIOR		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	100	599	102
ÁREA – MEIO	65	44	9
TOTAL	165	643	111

POSIÇÃO EM 31.12.12			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL MÉDIO		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	35	8	-
ÁREA – MEIO	66	84	31
TOTAL	101	92	31

Fonte: Planilhas fornecidas pela Secretaria de Recursos Humanos e EMARF.

Em 1/8/12, houve aumento da Bolsa-auxílio de nível superior de R\$ 600,00 para R\$ 660,00 e de nível médio de R\$ 360,00 para R\$ 396,00, conforme r. despacho da Presidência no Ofício nº T2-OFI-2012/18886.

O investimento em itens bibliográficos constitui ferramental precioso aos operadores de Direito, sejam estes os Magistrados e servidores do Órgão, sejam os advogados, estagiários e comunidade jurídica em geral, além de proporcionar o acesso do cidadão a obras de referência no campo jurídico.

Nesse sentido, foram adquiridos códigos, legislações comentadas, doutrina e livros técnicos para atualização dos Gabinetes, Secretarias e Divisão de Biblioteca.

Foi realizada a renovação da assinatura da Biblioteca Digital Forense, no valor de R\$53.100,00, com 100 acessos simultâneos para toda a Justiça Federal da 2ª-Região, incluindo os magistrados e servidores, disponibilizando, digitalmente, 571 títulos da Editora Forense, bem como a coleção completa da Revista Forense.

De igual forma, com o objetivo de dotar este Regional das informações relevantes ao desenvolvimento de nossas atividades, foram executados os valores referentes à renovação/aquisição de 58 títulos de periódicos, referente às assinaturas de revistas técnicas e informativas no valor de R\$ 59.967,45.

Renovamos, também, a assinatura do DOINET- Diários Oficiais Online, instrumento este que nos permite acessar vários diários oficiais, de diversos anos, e que possui uma ferramenta de pesquisa que nos oferece resultados corretos, a partir de poucas informações. O valor foi de R\$ 32.400,00.

Dados comparativos sobre aquisição de material bibliográfico do biênio 2011/2012

	2011	2012
Livros / Exemplares	1019	366
Periódicos / Assinaturas	68	58
Assinatura Digital / Diários	11	16
Acervo Digital / Títulos *	571	571

* Permite 100 acessos simultâneos

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF-2ª Região

A partir de ações planejadas e efetivamente implementadas, a Biblioteca deste Regional, através de parcerias nacionais e internacionais, obteve, a título de doação, itens bibliográficos que corresponderam a uma economia ao Erário de aproximadamente R\$ 103.750,00, ampliando significativamente o acervo bibliográfico, principalmente se relacionada ao total de recursos despendidos por esta Corte ao longo do exercício de 2012.

A Biblioteca deste Regional recebeu regularmente, ao longo do ano de 2012, 18 títulos de periódicos, como contrapartida das empresas cadastradas como Repositórios Oficiais Autorizados da jurisprudência desta Corte. Os exemplares recebidos em triplicata ou duplicata já vêm sendo enviados para a Biblioteca da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Em 2012, a Biblioteca da SJRJ, a exemplo da SJES, passou a receber as duplicatas de vários títulos de periódicos, aproximadamente 10 (dez) títulos, acarretando uma expressiva diminuição dos custos das aquisições por parte dessas duas Seccionais e otimização do espaço físico de guarda de duplicatas.

Cabe ainda registrar a doação efetuada pelo Desembargador Federal Frederico Gueiros, por ocasião de sua aposentadoria, de aproximadamente 200 obras raras que estão em processo de avaliação valorativa e que futuramente irão compor um espaço exclusivo e ampliado dedicado a obras desta natureza.

Itens Bibliográficos objeto de doação

Tipo	Títulos	Exemplares/Fascículos	Valor
Livros	111	142	R\$ 6.750,00
Periódicos (internacional)	59	176	R\$ 67.000,00
Periódicos (nacional)	100	609	R\$ 30.000,00
Total	270	927	R\$ 103.750,00

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF-2ª Região

Registramos que o acervo bibliográfico contabiliza em seu banco de dados do sistema automatizado *Sophia* os seguintes números:

- 9.486 títulos de livros/folhetos, que correspondem a 13.410 exemplares
- 607 títulos de periódicos, que correspondem a 35.094 fascículos
- 10.439 mídias digitais
- 32.579 atos normativos
- 607 títulos de DVD (98 exemplares)

Ressaltamos que o aumento significativo de objetos digitais cadastrados no *Sophia* justifica-se pela realização de mutirão de servidores da Biblioteca, principalmente dos atos normativos desta Corte, além daqueles referentes à produção intelectual dos magistrados desta Região.

No exercício findo, a Divisão de Biblioteca contabilizou 21.670 atendimentos, incluindo consultas, empréstimos, pesquisas, orientações e demais serviços oferecidos na Sala de Leitura.

Cabe registrar, quanto à organização do acervo, um fluxo de material de 11.994 itens, isto é, material bibliográfico físico que circulou fora das estantes e foi reorganizado, diariamente, pela equipe da Biblioteca. Neste contexto, a quantidade de usuários que utilizaram os serviços oferecidos pela Divisão de Biblioteca foi de aproximadamente 10.305 usuários presenciais.

Por outro lado, assiste-se atualmente a um grande crescimento no acesso remoto, através de mídias digitais, como, por exemplo, a Biblioteca Forense e a Biblioteca Digital do Tribunal. Além do mais, alguns serviços, como renovação de empréstimos e reservas de livros, também são disponibilizados remotamente.

No que diz respeito ao atendimento aos Desembargadores e Juízes, manteve-se um intenso intercâmbio com diversas bibliotecas jurídicas de universidades, bem como de outras entidades, buscando atender as solicitações de livros jurídicos, mesmo quando considerados raros, e assim bem satisfazer as atribuições de sua competência. Em relação ao XIV Concurso para Juiz Federal Substituto, a Biblioteca prestou orientações aos candidatos a respeito da bibliografia, e Edital e demais fases do concurso.

Alinhada às questões da responsabilidade social, a Biblioteca participou da *Conferência Mundial Rio+20*, apresentando as iniciativas em relação à acessibilidade na Biblioteca, cujo projeto estratégico foi finalmente concluído em 2012. A propósito do tema, merece registro a participação de dois estagiários com deficiência visual que muito colaboraram para incrementar os recursos de acessibilidade.

Tendo como objetivo o fomento à leitura, aliás um dos princípios norteadores em que se pauta a atuação da DIBLI, a Divisão de Biblioteca realizou a campanha de doação de livros para a “Estante Livre”, que culminou com a homenagem ao escritor Nelson Rodrigues, cujo evento obteve apoio da Editora Companhia das Letras e a singular participação de Sonia Rodrigues, filha do ilustre autor.

Em relação às metas de alinhamento determinadas pela Resolução n.6/2012, a Biblioteca logrou êxito quanto a sua tarefa de coordenar as ações visando à unificação dos sistema de gestão de biblioteca na 2ª. Região, optando-se pelo *Sophia*, para o qual antes do final do exercício já havia migrado toda a base da SJRJ. Desde trabalho exitoso, nasceu a logomarca das Biblioteca da 2ª. Região.

Ainda quanto às ações empreendidas pela DIBLI no que se refere à aludida Resolução, mais especificamente quanto à implementação de um repositório de Atos Normativos, foi realizado um mutirão com servidores da Biblioteca visando a atualizar o acervo de Atos Normativos no Sistema *Sophia* desde 1989, com as respectivas referências de atualizações, indexação e inclusão dos objetos digitais.

Cabe por fim mencionar a aquisição de dez unidades de leitores eletrônicos, com capacidade para até 1.500 livros eletrônicos cada, com o objetivo pioneiro entre os demais Regionais de inserir os usuários da Biblioteca do TRF-2ª Região num contexto de leitura moderna e com uma gama dos melhores títulos de Direito disponíveis no mercado editorial.

Dados comparativos sobre o Atendimento prestado no biênio 2010/2011

Serviços Prestados \ Ano	2011	2012	Variação
Gabinetes	7886	8173	3,63%
Secretarias	3553	2960	-16,69%
Advogados	3888	2572	-33,84%
Orientações		1046	-
Diversos	2190	1907	-12,92%
Sala de Leitura	3921	4832	23,23%
Total			

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF – 2ª Região

Destacam-se os serviços realizados de suporte à produção gráfica na 2ª Região -, composta dos serviços de criação, impressão e acabamento - compreendendo as seguintes publicações e impressos: Boletim Interno, PCRH 2012, Biblios, Habeas Data, Revista da SJRJ, Revista Emarf, Revista de Fenomenologia da Emarf, Relatório de Gestão, Relatório de Atividades, *Folder* Conhecendo a Justiça SJRJ, 4ª Feira da Saúde da SJRJ, *folders* mensais e institucional para CCJF, material didático para o CAE, convites e sinalizações para solenidades, crachás (TRF- 2ª Região, SJRJ e SJES), *folders*, cartazes e *banners* de divulgação do CCJF/ES, dentre outros.

No campo da Gestão Documental, destacamos o cadastro, junto ao Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, da Justiça Federal da 2ª Região como entidade custodiadora de acervos arquivísticos, com vistas à divulgação da memória institucional na *internet*, através do ICA-Atom, *software* desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos, o qual permite a catalogação de documentos com base na Norma Brasileira de Descrição de descrição arquivística (NOBRADE) e nas normas internacionais.

Ainda no que se refere ao ICA-Atom, deve-se mencionar a lavratura do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-científica com a Fundação Oswaldo Cruz, que permitirá a implantação do SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa naquela Instituição.

No tocante ao SIGA, consigna-se a participação de servidores do setor nos Comitês Gestor e de Padronização do SIGA e a coordenação de Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria T2-PTP-2012/00512, com vistas à efetiva implementação de melhorias no referido sistema e implantação dos processos administrativos digitais.

Em 30/10/2012, foi publicada, no Portal da Justiça Federal, a atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT).

No 1º semestre foi concluída a primeira etapa da troca de suporte das fitas de áudio (cassete), que contém os registros sonoros de audiências, sessões e eventos do Tribunal e já no 2º semestre foi feita nova licitação para dar continuidade ao trabalho de conversão de tais fitas.

Outras atividades relevantes realizadas no exercício findo:

- Digitalização das fotografias, dos negativos, de precatórios, de processos judiciais e administrativos e de documentos administrativos, realizada no próprio Tribunal, em parceria com o Núcleo de Digitalização/SAJ. As imagens farão parte do repositório digital de memória institucional e irão compor o “PROJETO VIDA” (Virtualização de Documentos de Arquivo).
- Continuidade do tratamento dos documentos da Corregedoria e início do tratamento dos da Presidência, classificando-os de acordo com o PCTT.
- Continuidade no recolhimento de material audiovisual e iconográfico, com entrada no arquivo de documentos da EMARF e do CCJF.
- Análise de 3.062 processos judiciais, arquivados em 1998 e 2012, conforme a Resolução 23/2008-CJF e Recomendação 37/2011-CNJ, sendo selecionados 2.166 processos para eliminação e 896 para guarda permanente.
- Eliminação de 972 precatórios conforme Edital Nº T2-EDP-2012/00015 de 31/7/2012, publicado no DJE em 10/8/2012. Espaço físico liberado de aproximadamente 17 metros lineares.
- Guarda e cadastramento de 667 documentos referentes ao inteiro teor de acórdãos e decisões de 239 processos separados para eliminação, que de acordo com a Resolução 23/2008 - CJF são de guarda permanente.
- Participação no Projeto da Corregedoria- Regional referente a digitalização de todas as Correições Ordinárias e Extraordinárias realizadas desde 1989.
- Mapeamento e modelagem dos processos de trabalho e geração do “Manual da DIGED”.
- Inclusão dos Julgados Históricos, Infojur, Revistas de Jurisprudência e Coletânea de Súmulas na Biblioteca Digital, com vista à divulgação no repositório digital BDJUR.

No campo da Jurisprudência, destacamos a atualização do Portal de Jurisprudência, para atender aos requisitos de acessibilidade, onde estão disponíveis para consulta os julgados do Tribunal e dos Juizados Especiais Federais (Turma Regional de Uniformização e Turmas Recursais da 2ª Região), Súmulas e Enunciados, Revistas e Informativos de Jurisprudência, Ementários Temáticos e Julgados Históricos.

Dentre outras atividades desenvolvidas pela Jurisprudência, devem-se ressaltar, da mesma forma, a atualização das proposições de súmulas do Tribunal, encaminhadas através do Processo T2-ADM-2011/00186 e a avaliação da nova ferramenta de consulta à Jurisprudência *Google Search Appliance (GSA)*, as quais irão contribuir diretamente para agilizar a prestação jurisdicional desta Corte.

Os serviços da Seção de Jurisprudência foram reestruturados com o objetivo principal de atualizar e aperfeiçoar a base de ementas. As ações se pautaram no diagnóstico dos intervalos sem pesquisa e/ou inclusão e, ainda, na ampliação da abrangência da pesquisa. Ao final de novembro de 2012, tanto a pesquisa, quanto a inclusão de acórdãos já estavam em dia, contabilizando a inclusão de 12.406 acórdãos e alteração de 4.432.

Em relação às metas de alinhamento determinadas pela Resolução nº 6/2012, a Jurisprudência empreendeu ações visando à unificação das bases via sistema *Artemis*, que vem passando por adaptações necessárias a atender as demandas.

Na parte de atendimento ao cidadão destacamos a entrada em vigor da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação previsto nos artigos 5º, inciso XXXIII; 37, § 3º, inciso II, e 216, § 2º, da Constituição Federal.

A Lei nº 12.527/2011 representa um importante passo para a consolidação da democracia brasileira. Ao regulamentar o direito constitucional de amplo acesso dos cidadãos às informações dos órgãos públicos, a lei, mais do que garantir a transparência, assegura a todos o direito de saber.

A Lei de Acesso à Informação inaugura, no plano formal, aquilo que o TRF-2ª Região já materializava no plano material, a saber: o fornecimento e transparência das informações relacionadas ao órgão.

A Seção de Atendimento ao Cidadão (SECACI), integrada no organograma da DIGED/SED, representa um importante papel na relação entre Estado e Sociedade, uma vez que está encarregada de prestar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela referida Lei.

A referida Seção trabalha na emissão de certidões e guias de recolhimento, na pesquisa de jurisprudência, no fornecimento e no esclarecimento sobre andamentos processuais, decisões monocráticas, acórdãos e súmulas relacionados ao TRF-2ª Região, assim como oferece suporte para informações em outros órgãos judiciais, notadamente os Tribunais Superiores.

Esse relevante setor disponibiliza todas as informações consideradas de relevante interesse público para todos os seus usuários, principalmente, advogados, estagiários de Direito e partes Interessadas.

Dados comparativos sobre o Atendimento ao Cidadão no biênio 2011/2012

Atividades \ Ano	2011	2012	Varição
Pesquisa de Jurisprudência	8.942	10.534	17,8%
Informações Processuais	43.962	43.925 ²	-0,84%

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF – 2ª Região

A partir dos dados apresentados acima, observa-se que houve um crescimento no atendimento na parte de pesquisa de jurisprudência em relação ao ano anterior e uma redução na parte de informações processuais. Foram atendidos, até 19/12/2012, 54.459 usuários em 2012. Cada servidor da Seção de Atendimento ao Cidadão atendeu, em média, 41 usuários por dia (cerca de 6 usuários por hora, considerando a jornada de 7 horas ininterruptas - das 11 às 18 horas e uma equipe de cinco servidores).

A Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na *Web* - CODGIN, criada com a missão de estudar, propor e implementar ações visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços disponibilizados nos ambientes *da intranet, internet e extranet* do Tribunal, em como visão implantar uma estrutura de governança para os processos relacionados à gestão e disseminação de informações na *web* até 2014.

Um dos maiores obstáculos à atuação da nova unidade e ,ao mesmo tempo, uma das razões que levaram à criação da CODGIN foram as fragilidades e limitações da plataforma *Sharepoint 2007*, que atualmente suporta o sítio do Tribunal na *internet*, tanto no que se refere a sua manutenção preventiva quanto evolutiva.

Cabe neste contexto consignar a opção estratégica da Corte em não buscar uma solução externa para a solução dos problemas apontados, mas sim gerir seus próprios recursos humanos e matérias da casa, de forma a tornar mais consistente e autônomo este segmento tão relevante na estrutura do TRF-2ª. Região.

Seguindo este princípio, em comum acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação, restou estabelecido que uma solução definitiva para a nova plataforma da *web* deveria ainda possuir código aberto, preferencialmente *software* livre, de modo a minimizar a necessidade de contratação de fornecedores externos. A plataforma eleita foi o *Wordpress*, uma das plataformas mais difundidas entre as soluções gratuitas para gerência de conteúdos *web*, utilizada em órgãos públicos como o Ministério da Cultura e até por grandes portais de notícias, como o Portal G1 da Globo.com.

Com o advento da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), a CODGIN voltou suas atenções para as demandas tecnológicas que sobrevieram à Lei. Dentre elas, se fez necessária a concepção de um sistema de pedidos de informação via *web* que gerou um projeto exclusivo junto à STI e que se encontra em desenvolvimento.

A equipe da CODGIN integrou equipes multidisciplinares da SED em vários estudos e projetos, com destaque para o projeto de unificação da base de atos administrativos do Tribunal no *software Sophia* e para o estudo que visa à substituição do atual Diário de Justiça Eletrônico por serviço oferecido pela Imprensa Nacional.

Assim, diante de uma demanda cada vez mais ampla e especializada no campo da tecnologia da informação, especialmente aquelas direcionadas à *internet/intranet* e à interoperabilidade de sistemas de informações, foram criadas as Coordenadorias de Disseminação e Governança de Informações na *WEB* (CODGIN) e de Arquitetura e Preservação da Informação (COAPIN), além da Seção de Imagem Institucional (SEIMAI).

Frente a uma de suas mais importantes missões, a que se refere à guarda e à preservação das informações, a SED criou uma estrutura própria para dar conta desta tarefa. Assim a Coordenadoria de Arquitetura e Preservação da Informação (COAPIN) pautou sua atuação em 2012, com vistas a estruturar uma unidade capaz de criar, de forma pioneira no Judiciário, um repositório oficial permanente que permitisse a interoperabilidade de diversos sistemas de informação nesta Corte.

Vale ressaltar a importância dos servidores designados como gestores de contrato. O acompanhamento e a fiscalização, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, garantem a prestação de serviços com qualidade e em estrita observância às especificações constantes dos editais.

Sob a perspectiva das contratações em geral, salienta-se que, no exercício de 2012, foram efetivadas 620 contratações, compreendendo, inclusive, as Notas de Empenho substitutivas de contratos, na forma do artigo 62 da Lei nº 8.666/93. Cabe esclarecer que não foram computados os eventuais aditamentos.

Do descumprimento contratual resultou o recolhimento de multas ao erário no valor global de R\$ 13.387,80, bem como o encaminhamento de expediente à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição de débitos na Dívida Ativa da União no valor de R\$ 39.642,82.

A Administração, desde o advento do pregão eletrônico, vem investindo neste procedimento, que repercute positivamente com expressiva economia no preço final, haja vista o seu caráter negocial.

Considerada a relação custo previsto/valor homologado, a realização do pregão, em sua forma eletrônica, apresentou uma redução na expectativa de despesa, em média, de 33,7%. O impacto no exercício de 2012 representou uma economia de R\$ 8,7 milhões.

A Administração adotou, observado o devido planejamento, as ações voltadas à preservação do complexo predial que abriga este Tribunal. É dever do Gestor público a aplicação dos recursos necessários à conservação e manutenção das instalações prediais, de forma a manter o adequado funcionamento.

Para consecução desse objetivo, foram contratados, entre outros, os seguintes objetos:

- Aquisição de material para o sistema de refrigeração central.....R\$ 371.781,90.
Resultado esperado: Garantia da funcionalidade plena das instalações de refrigeração central, evitando-se paralisações e indisponibilidade das mesmas e, por conseguinte, manter o conforto térmico das autoridades, servidores e visitantes.
- Aquisição de material eletroeletrônico.....R\$ 106.903,54.
Resultado alcançado: Manutenção da operacionalidade plena do sistema de supervisão e automação predial, garantindo assim a operação remota dos sistemas elétricos, hidráulicos e de refrigeração, racionalizando o consumo e reduzindo gastos de energia elétrica.
- Recuperação das empenas do prédio incluindo pintura das empenas laterais e de fundos, revisão das pastilhas e recuperação dos *brise-soleils*.....R\$ 409.000,00.
Resultado esperado: Melhoria das condições das fachadas do prédio e da segurança dos pedestres, com a regularização do revestimento, pintura das empenas, substituição das pastilhas e estruturas dos *brise-soleils*, que sofrem os efeitos do desgaste provocado pela corrosão proveniente das intempéries.
- Execução de diversos serviços de serralheria, incluindo a substituição das portas de madeira dos *shafts* elétricos e as portas de enrolar da entrada do prédio..... R\$ 142.600,00.
Resultado esperado: Melhoria das condições de segurança do prédio com a instalação de novas portas de enrolar e adequação às normas atuais de segurança das instalações elétricas que percorrem os *shafts*.
- Execução de serviços de reparos civis no prédio R\$ 267.000,00.
Resultado esperado: Possibilitar a recuperação de diversos problemas de pintura, emboço, revestimentos, pisos, contrapisos, gesso e demais acabamentos dos prédios que compõem o complexo predial desta Corte, melhorando assim a qualidade estética, de segurança e de higienização dos prédios.
- Execução da 1ª etapa dos serviços de reforma do prédio da rua Visconde de Inhaúma..... R\$ 379.960,00.
Resultado esperado: Melhoria das condições de segurança do prédio, através da impermeabilização do telhado e cobertura do mesmo, da substituição das esquadrias e da melhoria das instalações prediais (elétrica e hidráulica), visando a sua adequação ao uso pelo TRF- 2ª Região. Com a reforma do prédio será possível ampliar a área deste Tribunal.

Cumpre, ainda, elencar, entre outras, as seguintes aquisições:

- 06 veículos automotores, tipo *Sedan*, pertencentes ao grupo “B”

Resultado esperado: Renovar parcialmente a frota oficial de veículos, reduzindo, assim, custos com manutenção, bem como a idade média da frota oficial.

- 01 veículo automotor blindado

Resultado esperado: Dotar o setor de segurança institucional de recurso adequado para atendimento a magistrados ameaçados pelo crime organizado, em decorrência de sua atividade jurisdicional.

- diversos equipamentos de gravação

Resultado alcançado: Proporcionar mais segurança à gravação das Sessões de julgamento e melhoria da qualidade do áudio gerado, com reflexo positivo na prestação jurisdicional, resultando na modernização dos serviços fonográficos.

No campo das rotinas aplicadas a materiais, salientamos que tanto as ações voltadas à aquisição e à manutenção de material, quanto às de desfazimento devem seguir a pauta das melhores práticas gerenciais. Para um planejamento adequado do espaço e da atualização de alguns bens, dada a vida útil de diversos equipamentos, impõe-se o acompanhamento da matéria, de forma a promover as ações visando à minimização de gastos e intercâmbio entre as unidades gestoras, de forma a garantir que um bem ocioso em um Órgão possa ser utilizado em outro, em fina sintonia com a sustentabilidade.

Neste contexto, consignamos a transferência de veículos à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a transferência de mobiliário à Seção Judiciária do Espírito Santo, a doação de veículo ao 3º Batalhão de Engenharia de Combate, a doação de equipamentos de informática ao Centro de Munição da Marinha, Associação Ecológica Piratingaúna, Missão Internacional de Paz e Superintendência da Guarda Municipal de S.J. de Meriti, bem como mobiliário em geral para o Centro de Munição da Marinha, Superintendência da Guarda Municipal de S.J. de Meriti, Missão Internacional de Paz.

Certamente, os atos de transferência e doação contribuem para a importância da reutilização de materiais, alinhando austeridade da gestão pública e compromisso com a agenda ambiental.

No campo da sustentabilidade, destaque-se que, além das campanhas socioeducativas regularmente realizadas pela Seção de Gestão Socioambiental, no exercício de 2012, foram promovidas diversas ações inovadoras, tais como:

- IV Semana do Meio Ambiente (03 a 09 de junho de 2012): exposição de equipamentos utilizados para avaliação do nível de potabilidade da água, bem como de réplica, em funcionamento, de estação de tratamento de água. As atividades foram realizadas através de parcerias com outras entidades, estimando-se, como número total de participantes, 652 pessoas, entre servidores, funcionários terceirizados e público externo;
- Curso de aproveitamento integral de alimentos (77 participantes);
- Divulgação, no evento internacional Rio+20, das ações socioambientais, realizadas no âmbito da instituição
- Ações voltadas à instituição de ensino, tendo como público-alvo crianças e adolescentes, com o objetivo de, entre outros, estreitar os laços entre a sociedade e o Poder Judiciário.

Por fim, insta salientar que, no que se refere à realização da coleta seletiva de lixo, a quantidade de resíduos sólidos recicláveis recolhida manteve-se estável, totalizando 23 toneladas de materiais, entre papéis, plásticos e metais.

No tocante à arrecadação de recursos ao Tesouro Nacional, o resultado da receita monta a R\$ 2.444.848.892,65, o que representa cerca de duas vezes e meia o valor despendido com a operação e manutenção da JF - 2ª Região. Não resta dúvida de que a JF - 2ª Região vem cumprindo efetivamente o seu papel em todos os segmentos de atuação.

R\$

Arrecadação Justiça Federal da 2ª Região		
ESPÉCIE	ÓRGÃO	VALOR
CUSTAS JUDICIAIS	SJRJ	9.528.090,98
	SJES	1.310.638,66
	TRF - 2ª Região	116.529,01
SUBTOTAL		10.955.258,65
FAZENDA NACIONAL	DÍVIDA ATIVA	860.579.729,16
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FGTS	15.251.085,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	Antes da Lei nº 9.703/98	3.699.811,88
	Após a Lei nº 9.703/98	1.554.363.007,96
SUBTOTAL		1.558.062.819,84
TOTAL		2.444.848.892,65

Fonte:

1. Custas Judiciais: SIAFI.
2. Fazenda Nacional – Relatório da PRFN- 2ª Região e da Caixa Econômica Federal
Fazenda Nacional – Relatório da PRFN- 2ª Região: Arrecadação da Dívida Ativa + Conversão de Depósitos Judiciais em Renda da União.
FGTS – Relatório do Conselho da Justiça Federal: Relatório da Superintendência Nacional do FGTS, Depósitos disponibilizados pelo CJF.
3. Depósitos Judiciais – Relatório encaminhado pelo CJF.
Utilizada a Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Deduções p/Restituição - Deduções p/ Retificação.

As despesas de operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região corresponderam a cerca de 41,22% dos recursos arrecadados ao Tesouro como fruto de nossas atividades, fato que se destaca na gestão do Tribunal e Seções no exercício de 2012.

Despesas Operacionais Justiça Federal da 2ª Região	
Unidades	Valor (R\$)
TRF-2ª Região	258.675.585,43
Seções Jurisdicionadas (SJRJ e SJES)	749.161.192,69
TOTAL	1.007.836.778,12

Observações/Considerações:

¹⁾ O critério de apuração levou em conta as despesas empenhadas, sendo computado inclusive os valores a conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados;

²⁾ Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, com projetos e os valores relativos a Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor

4.1.2.11 – PROJETO 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

Identificação da Ação						
Código		1136				
Descrição		Modernização de Instalações da Justiça Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) (continuação da ação 1136)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
424.658,00	339.727,00	327.000,00	-	-	327.000,00	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instalação modernizada	Unidade	1	0	424.658,00	-

Fontes: Dados Financeiros: SIAFI / Dados Físicos: Secretaria de Infraestrutura e Logística do TRF-2ª REGIÃO

Trata-se de Modernização dos elevadores de prédio adquirido pelo TRF-2ª Região, cujo sistema de controle é ultrapassado.

O objeto visa conferir condições ao imóvel para adequar seu sistema de transporte vertical às normas vigentes, bem como melhorar a eficiência energética e de capacidade de transporte de passageiros nos elevadores do prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 – Centro – Rio de Janeiro – RJ. Tais melhorias possibilitarão a efetiva ocupação do imóvel.

O imóvel foi recentemente adquirido, em 29/11/2012. Devido ao planejamento das contratações levado a efeito pela Administração, as especificações já vinham sendo antecipadas, com o intuito de permitir que o início dos trabalhos se desse na data mais breve possível. Considerando o elevado grau de complexidade das especificações, o procedimento licitatório foi concluído no final do exercício de 2012, ficando a execução física para ser realizada no exercício de 2013.

4.1.2.12 – PROJETO 11JB - Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ

Identificação da Ação						
Código		11JB				
Descrição		Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final (*)	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.227.335,00	7.735.997,00	119.212,23	-	-	119.212,23	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Edifício construído	% de execução física	3	0	7.227.335,00	-

Fontes: Dados Financeiros: SIAFI / Dados Físicos: Secretaria de Infraestrutura e Logística do TRF-2ª REGIÃO (*)
Da dotação final, R\$ 1.508.662,00 referem-se ao crédito extraordinário aprovado por intermédio da Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, que permaneceu bloqueado para execução pela SOF/MPOG.

A programação prevista para 2012 no Plano de Obras Anual em relação à *Construção do Edifício Sede II do TRF da 2ª Região* foi equivalente a 3% do valor total de R\$ 170.319.750,00.

Contudo, devido a imprevistos como a redução da área do terreno, a execução física não pôde ser efetuada em 2012, ficando para o exercício seguinte.

Nesse sentido, será possível, em 2013, a execução de 0,07% do valor total da obra.

Não custa ressaltar que alguns serviços de engenharia a cargo do CJF, embora não sejam computados na meta, desoneraram o valor total da obra e adiantaram a execução de etapa fundamental aos projetos.

O incidente da descoberta de um rio subterrâneo na área destinada à edificação do Edifício-Sede do TRF-2ª Região constituiu fato superveniente às ações gerenciais do planejamento inicial. A ciência intempestiva desse evento acarretou revisão do projeto como um todo.

Consigna-se que, somente em junho de 2012, a equipe técnica do TRF-2ª Região teve conhecimento da passagem desse rio. Esse fato foi responsável pela diminuição da área edificável, impondo à Administração uma série de procedimentos para promover a reavaliação da matéria.

Assim, as implicações decorrentes desse evento – frisa-se - alheio à Administração impuseram a revisão de estratégia em função da área do terreno, sempre no zelo pelo princípio de austeridade no gerenciamento e aplicação dos recursos públicos

Em face da área efetivamente disponível, para otimizar a consecução do projeto da nova sede, o TRF-2ª Região passou a contar com a valiosa participação do corpo técnico de Engenharia e Arquitetura do Conselho da Justiça Federal – CJF.

Com essa medida, não se fez necessária a contratação para elaboração do Programa de Necessidades, do Estudo Preliminar de Arquitetura, do Projeto Legal Arquitetônico e do Anteprojeto Arquitetônico, o que justifica a não execução de parte significativa da dotação aprovada para 2012.

Ressalta-se que as demais ações preliminares imprescindíveis ao desenvolvimento do Projeto de Construção (prospecção geotécnica e levantamento topográfico) foram contratadas, sendo que a realização física dessas contratações será verificada em 2013 (R\$ 119.212,23).

Em paralelo, apurou-se a necessidade de aquisição de imóvel para a guarda de bens da SJRJ, pois o imóvel atual não se encontra compatível com a demanda verificada nos últimos anos. As instalações atuais são precárias e não atendem aos padrões mínimos exigidos para guarda, manutenção e controle de materiais.

Dessa forma, aliando-se a disponibilidade de crédito do projeto 11JB com a demanda verificada na SJRJ, foi submetido ao Congresso Nacional Projeto de Lei (PL-CN 51/2012), para abertura de crédito especial, com vistas à aquisição de imóvel para abrigar o almoxarifado daquela Seccional.

Entretanto, apesar da apresentação tempestiva do referido crédito, o mesmo não foi apreciado pelo Congresso Nacional, fato que inviabilizou a aquisição do imóvel pretendido.

4.1.2.13 – PROJETO 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional – ISIGI

Identificação da Ação						
Código		3757				
Descrição		Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial (*)	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	13.189.384,00	12.914.460,33	282.798,72	-	12.631.661,61	282.798,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	-	-	-	282.798,72

Nota: Execução física não incluída, tendo em vista tratar-se de ação gerenciada pelo CJF.

() Considerando que, até o mês de fevereiro/12 não havia parcela da dotação dessa ação associada à 2ª Região, optamos em não atribuir valores à dotação inicial.*

Fonte: SIAFI

O ISIGI é um projeto nacional e os seus recursos são distribuídos entre as regiões e o CJF tomando como referência necessidades e critérios apontados pelo SIJUS – grupo formado pelos Diretores de TI dos regionais e do CJF. No exercício de 2012, os recursos destinados à 2ª Região foram direcionados para as Seccionais, isto porque, no ano de 2011, o TRF- 2ª Região executou a maior parte dos recursos do ISIGI.

No que tange à Cota Orçamentária Regional, cabe anotar que a dotação final para toda a 2ª Região perfez o montante de R\$ 12.981.384,00, tendo sido empenhados R\$ 12.914.460,33 e inscritos em restos a pagar R\$ 12.636.721,37.

– Seccional do RJ - O crédito total destinado à programação da Seccional do Rio de Janeiro foi de R\$ 6.618.974,09, tendo sido empenhados R\$ 6.557.110,18 (99,06% da dotação disponibilizada) e inscritos em restos a pagar R\$ 6.274.311,46

- Seccional do ES – O crédito total destinado à programação da Seccional do Espírito Santo foi de R\$ 6.362.409,91, tendo sido empenhados R\$ 6.357.350,15 (99,92% da dotação disponibilizada) e integralmente inscritos em restos a pagar.

A aplicação desses recursos objetivou::

- Prover recursos computacionais portáteis aos juízes federais das Seccionais, visando maior produtividade e eficiência da prestação jurisdicional com o auxílio de tecnologias que garantam maior mobilidade, usabilidade, conforto e qualidade para a realização das tarefas no processo eletrônico.
- Prover os recursos computacionais necessários ao adequado funcionamento das unidades judiciais, consoante o objetivo estratégico de garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.
- Prover os recursos de *software* necessários para controle de projetos e ações estratégicas das seccionais, para a gestão eficaz dos ativos de TI, para a comunicação eficiente entre os usuários, bem como garantir a segurança e modernização do ambiente computacional através da atualização da principal plataforma de *software* das seccionais.
- Expansão da capacidade de armazenamento de dados, visando atender os projetos de gravação de audiência, digitalização de parte do acervo das unidades judiciais e administrativas, bem como a implantação do processo eletrônico administrativo e expansão do judicial.
- Otimização do sistema de gerenciamento de banco de dados, visando garantir a integridade e confiabilidade do sistema de acompanhamento processual, tendo em vista o crescimento exponencial do tamanho das bases de dados.
- Ampliação e modernização dos equipamentos servidores de rede, visando garantir a disponibilidade dos serviços de TI e assegurar os níveis de qualidade exigidos.
- Equipar as salas de audiências das varas federais de competência criminal com sistema de registro audiovisual, cumprindo a meta nacional estabelecida pelo CNJ;
- Modernizar as estações de trabalho e os equipamentos servidores, reduzindo a vulnerabilidade às falhas que causam indisponibilidade de serviços essenciais às atividades jurisdicionais e otimizando o uso do espaço físico do Datacenter através da tecnologia de virtualização;
- Expandir a capacidade de armazenamento e processamento, a fim de compatibilizar a infraestrutura de TI à utilização do processo eletrônico judicial e administrativo nas seccionais;
- Implantar solução de alta disponibilidade e contingência, a fim de garantir a continuidade dos serviços de TI que suportam o processo eletrônico;
- Modernizar o parque de equipamentos necessário ao adequado funcionamento das unidades judiciais, garantindo a infraestrutura da área de TI às atividades judiciárias e administrativas.

Os dados relativos à meta física, inclusive a sua avaliação, ficarão a cargo do CJF, Unidade responsável pelo gerenciamento do Projeto.

4.1.2.14 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 1.100 Magistrados e servidores públicos federais ativos do TRF-2ª Região. Cabe esclarecer que não há meta física atribuída a esta ação na LOA de 2012.

4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado (1)	Física
Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional				
Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)				
UO 12103:	35.000.004,00		34.819238,20	
RP não processados			180.764,00	

Fonte: SIAFI

Obs:

(1) Foram computados inclusive os valores relativos a conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados.

4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089

4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 0396

Através desta operação especial que se destina, exclusivamente, à execução das despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e encargos sociais, foram atendidos 183 beneficiados no âmbito deste Tribunal, conforme detalhamento do quadro abaixo.

ÓRGÃO	Quantitativos ¹			
	Inativos	Pensão		TOTAL ²
		Instituidores	Beneficiários	
TRF- 2ª Região	150	33	48	183

Fonte: Planilha fornecida pela Secretaria de Recursos Humanos.

Observações/Considerações:

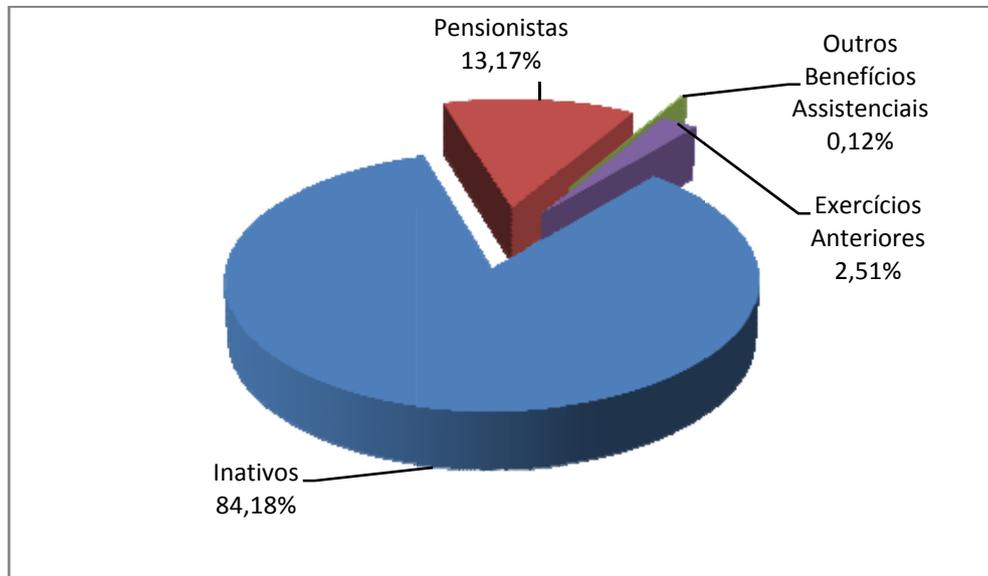
1) Estes quantitativos incluem Magistrados e servidores; excluído 1 inativo que não percebe proventos por este Tribunal, tendo em vista opção por outro Órgão, em razão da impossibilidade de acumulação;

2) No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.

Houve, no exercício de 2012, uma dotação final de R\$ 35.000.004,00 para uma liquidação efetiva de R\$ 34.819.238,20.

Destaca-se que o montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$ 180.764,00, é destinado ao pagamento de valores relativos às diferenças devidas a servidores inativos não pagos à época.

O gráfico, a seguir, demonstra o detalhamento das despesas liquidadas nesta atividade, ao final do exercício.



No tocante às despesas executadas, destacam-se as seguintes ocorrências constantes da tabela a seguir:

R\$		
Espécie	Fundamento Legal/Normativo	Valor
Parcela Autônoma de Equivalência	Proc. Nº 2006.16.0031-CJF	511.293,14
Despesas de Exercícios Anteriores*	Res. nº 106/2010 - CJF	364.376,05

Fonte: Divisão de Cadastro e Pagamento/Secretaria de Recursos Humanos.

*Exclui o valor pago a título de Exercícios Anteriores referente a PAE

Nos quadros abaixo, demonstramos o total de Magistrados e servidores inativos, e pensionistas em 31 de dezembro de 2012 e as concessões do exercício.

Composição do Quadro de Magistrados e Servidores Inativos		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	100	13
1.1 Voluntária	75	13
1.2 Compulsória	2	-
1.3 Invalidez Permanente	9	-
1.4 Outras	11	-
2. Proporcional	50	-
2.1 Voluntária	33	-
2.2 Compulsória	8	-
2.3 Invalidez Permanente	5	-
2.4 Outras	7	-
3. Totais (1+2)	150	13

Fonte: SECOAP/ATER/SRH

Observações/Considerações:

Aposentadorias em 2012:

1 concessão de aposentadoria de magistrado e 12 concessões de aposentadorias de servidores (todas "integral voluntária");

4 falecimentos de servidoras inativas (2 "integral voluntária" e 2 "proporcional invalidez");

4 aposentadorias "proporcional por invalidez" (média) computadas em 2011 passaram a ser computadas como "integral invalidez", tendo em vista a revisão da EC 70/2012.

Instituidores de Pensão		
Regime de Proventos do Magistrado/Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	5
1.1. Integral	17	4
1.2. Proporcional	4	1
2. Em Atividade	27	1
3. Total (1+2)	48	6

Fonte: SECOAP/ATER/SRH

Observações/Considerações:

Total de Instituidores:

Acumulado até 31/12/12: 5 magistrados e 28 servidores.

No ano de 2012: 1 magistrado (1 pensionista) e 4 servidores (5 pensionistas).

4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos

Art. 100 da Constituição Federal de 1988 e art 78 do ADCT

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque:	1.049.984.350,00		1.049.953.337,10	
TOTAL	1.049.984.350,00		1.049.953.337,10	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque: RP Não Processados:	719.976.816,00		719.329.792,69 646.796,94	
TOTAL	719.976.816,00		719.329.792,69	
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor Produto: Destaque: RP Não Processados:	77.681.271,00		12.714.267,28	
TOTAL	77.681.271,00		12.714.267,28	
TOTAL GERAL	1.847.642.437,00		1.781.997.397,07	

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Demonstrativos de Restos a Pagar

		R\$	
AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Valor Inscrito	Execução	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações			
Destaque:	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações			
Destaque:	9.940.672,11	5.028.749,30	
TOTAL	9.940.672,11	5.028.749,30	
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor			
Destaque:	5.967.023,56	202.725,72	
TOTAL	5.967.023,56	202.725,72	

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901**4.3.2.1 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - 0005**

A inclusão e a previsão das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações da Lei n.º 12.465/11 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012).

Ao longo do exercício, foram depositados precatórios num montante de R\$ 1.053.410.601,56, oriundos da Administração Direta (R\$ 772.263.866,09), Indireta (R\$ 277.720.463,63) e Comitê Gestor RJ (R\$ 3.426.271,84), considerando, para tanto, os recursos autorizados no orçamento de 2012 e as transferências financeiras realizadas diretamente pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

A Unidade Orçamentária deste Tribunal compreende duas Unidades Gestoras para efetivar o pagamento de precatórios:

I – UG 090048

A UG 090048 responde pela execução das dotações destinadas aos precatórios inscritos originalmente a partir da Proposta Orçamentária do exercício de 2004 (competência) e pelos Requisitórios de Pequeno Valor registrados a partir do mesmo ano.

O montante de R\$ 1.044.865.616,23 corresponde aos depósitos realizados no exercício de competência, não contemplando as devoluções decorrentes de retificações e/ou cancelamentos.

Anota-se que o segundo quadro refere-se a precatórios inscritos originalmente na Proposta 2012. Os totais deste quadro não compreendem valores provenientes do Comitê Gestor (R\$3.426.271,84).

Na seqüência, o último quadro contempla as sentenças inscritas nas Propostas Orçamentárias de 2004 a 2011.

Depósitos de Precatórios – UG 090048

ORIGEM	Destaque		Transferências Financeiras		TOTAL	
	2012					
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Administração Direta	3.039	764.818.108,94			3.039	764.818.108,94
Entidades	1.269	85.706.352,87			1.269	85.706.352,87
FRGPS e FNAS	2.010	190.914.882,58			2.010	190.914.882,58
Comitê Gestor do Rio de Janeiro			30	3.426.271,84	30	3.426.271,84
TOTAL	6.318	1.041.439.344,39	30	3.426.271,84	6.348	1.044.865.616,23

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Proposta 2012 - UG 090048

ORIGEM	NATUREZA					
	Alimentar		Comum		Capital	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	2.274	325.739.050,53	160	82.457.249,86	9	1.786.378,05
Entidades	1.130	65.785.617,10	42	3.321.883,05	8	939.273,48
FRGPS/FNAS	2.010	190.914.882,58				
TOTAL	5.414	582.439.550,21	202	85.779.132,91	17	2.725.651,53

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

Precatórios Parcelados (Propostas 2004 a 2011 – UG 090048)

ORIGEM	NATUREZA					
	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	530	351.973.784,67	66	2.861.645,83	596	354.835.430,50
Entidades	73	12.436.467,28	16	3.223.111,96	89	15.659.579,24
TOTAL	603	364.410.251,95	82	6.084.757,79	685	370.495.009,74

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

II – UG 090028

A Unidade Gestora 090028 fica responsável pela execução das parcelas vencíveis até 2003, ou seja, as referentes aos precatórios originários da proposta do exercício de 2003, bem como quaisquer pendências de exercícios anteriores a 2004, tendo em vista que, nesta UG, estão mantidos os registros originais, inclusive no tocante às parcelas pagas.

Depósitos de Precatórios Parcelados (Proposta 2003 – UG 090028)

ORIGEM	Competência 2012					
	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	12	7.073.575,36	2	372.181,79	14	7.445.757,15
Entidades	2	1.099.228,18			2	1.099.228,18
TOTAL	14	8.172.803,54	2	372.181,79	16	8.544.985,33

Nota: Não ocorreram devoluções decorrentes de retificação e/ou cancelamento, após o depósito.

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Registra-se que, não houve depósitos de precatórios de exercícios anteriores.

4.3.2.2 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor) - 0625

Os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV) são limitados a 60 salários mínimos e representam cerca de 90% do volume de requisitórios processados. Como definidos na Resolução/CJF nº. 168/2011, os RPVs são processados mensalmente e depositados com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no Tribunal.

Foi depositado o montante de R\$ 725.364.168,20 oriundos de requisições expedidas por Varas Federais, Comarcas Estaduais com competência delegada e Juizados Especiais Federais. Desse montante, R\$ 40.608.961,16 são referentes a Requisitórios autuados em dezembro de 2011 e liquidados em janeiro de 2012.

O exame a seguir demonstrará a execução verificada na ação destinada ao pagamento de Requisitórios de Pequeno Valor.

Depósitos de RPVs efetuados em 2012

ORIGEM	COMPETÊNCIA*				TOTAL	
	2012		Outros Exercícios			
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	19.653	132.223.776,87	1.766	9.711.799,16	21.419	141.935.576,03
Juizados Especiais Federais	68.422	552.531.430,17	3.866	30.897.162,00	72.288	583.428.592,17
TOTAL	88.075	684.755.207,04	5.632	40.608.961,16	93.707	725.364.168,20

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Encontram-se detalhados, a seguir, os dados orçamentário-financeiros:

Natureza dos Depósitos de RPVs – Competência 2012

ORIGEM	NATUREZA									
	Alimentar/EFU		Comum/EFU		Alimentar/FRGPS		Alimentar/FNAS		Capital/EFU	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	13.389	87.778.075,20	1.916	9.007.803,70	4.297	34.812.021,05	27	497.074,34	24	128.802,58
Juizados Especiais Federais	39.646	318.650.694,40	8.838	4.631.089,04	18.619	215.128.609,44	1.319	14.121.037,29		
TOTAL	53.035	406.428.769,60	10.754	13.638.892,74	22.916	249.940.630,49	1.346	14.618.111,63	24	128.802,58

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

4.3.2.3 – Devolução de Valores

R\$

Origem		Valores Devolvidos em 2012
Precatórios	Administração Direta	15.256.883,01
	Entidades	1.232.675,69
RPVs	União	3.409.818,65
	FRGPS	1.161.932,30
	FNAS	61.739,47
TOTAL		21.123.049,12

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Obs: Além dos valores acima, houve a devolução de R\$ 6.414,49 referente a PRC de Entidades (INSS) que não transitou pela conta do TRF- 2ª Região. Esse valor foi transferido pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Niterói/RJ diretamente para o INSS (UG/GESTÃO: 110060/00001).

O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e requisitórios de pequenos valores depositados, à conta de todos os recursos disponíveis no exercício de 2012:

R\$

Exercício 2012	Quantidade	Valores
Precatórios ^{(1) (2)}	6.364	1.053.410.601,56
RPVs ^{(2) (3)}	93.707	725.364.168,20
TOTAL	100.071	1.778.774.769,76

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias/Secretaria de Orçamento, Planejamento e Finanças.

Obs:

⁽¹⁾ O valor inclui precatórios do Comitê Gestor RJ;

⁽²⁾ Não considera o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2012;

⁽³⁾ Está incluído o valor de R\$ 40.608.961,16 para pagamento de RPVs autuadas em dezembro/2011, liquidadas em janeiro/2012.

CONCLUSÃO

A Justiça Federal da 2ª Região dedicou-se, sobremaneira, para alcançar patamares de excelência na prestação de seus serviços.

A observância constitucional no que toca à duração razoável do processo tem sido a preocupação do Judiciário como um todo. Alinhado a essa perspectiva, as Unidades Jurisdicionadas vêm investindo em mecanismos hábeis a agilizar a prestação jurisdicional. Os Mutirões de Conciliação emblemam bem o engajamento dos órgãos com a prática de atos fulcrados na transparência e voltados para a efetividade.

O estabelecimento de metas e a laboração constante e firme da força de trabalho proporcionaram o alcance da meta processo julgado constante da LOA pelo TRF - 2ª Região. O êxito nas metas firmadas pelo CNJ, no cômputo geral, configura importante resultado pautado pelo planejamento dos empreendimentos, pela avaliação constante e crítica dos eventos e pela realização de ações positivas.

A Tecnologia de Informação com a virtualização de procedimentos mantém-se como contínuo desafio à Administração Pública, haja vista a necessidade de atualização dos equipamentos e programas postos à disposição das Unidades Jurisdicionadas, para que se possa garantir o desenvolvimento das atividades judiciais e administrativas com celeridade e eficiência.

É nesse contexto que se apura a existência do Plano Diretor do Sistema de TI da Justiça Federal – PDTI-JUS, que tem por objetivo fixar diretrizes para organização do Sistema de Tecnologia e Informação da Justiça Federal. Além disso, a matéria em questão tem sido alvo de disciplina pelo CNJ, pelo CJF e pela própria Corte de Contas, que buscam a aplicação austera dos recursos públicos

Com foco na implantação do processo eletrônico, fez-se necessária a expansão da capacidade de armazenamento de dados, objetivando atender aos projetos de gravação de audiência e digitalização de parte do acervo das unidades judiciais e administrativas.

Outra motivação importante na aplicação desses recursos foi a de equipar as salas de audiência das varas federais de competência criminal com sistema de registro audiovisual, cumprindo meta estabelecida pelo CNJ.

Excetuando as despesas com custeio, os recursos oriundos do Projeto – Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça Federal - e dos convênios mantidos com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, voltados a promover a infraestrutura tecnológica necessária à informatização na Justiça Federal, montaram a R\$ 16.017.332,04.

Com efeito, o Projeto Judiciário Eletrônico - PJe integra a pauta de metas do planejamento estratégico da Justiça Federal da 2ª Região e vem ganhando expressão seja na instituição de estrutura organizacional própria para abrigá-lo, seja na conquista de importantes etapas em direção à implantação definitiva do processo virtual na Justiça Federal de 2º Grau.

No tocante à virtualização das Varas Criminais da Justiça Federal da 2ª Região, importa mencionar a existência de projeto-piloto na 2.ª Vara Criminal da SJES, haja vista que os demais juízos (cíveis e outras matérias) já se encontram com autos digitais.

No exercício de 2013 serão instalados cinco juízos, dando cumprimento ao previsto na Lei nº 12.011, de 4/8/2009, o que constitui fator de relevância na divisão de trabalho atual.

O importante é manter a convicção de que sempre se pode melhorar, a partir da capacitação dos magistrados e servidores, da sistematização de metas e indicadores, da existência de plano de ação, do acompanhamento e análise crítica dos eventos, do fortalecimento do sistema de controles internos, em suma, tudo com o objetivo de promover, da forma mais efetiva possível, os macroprocessos finalísticos.

Os indicadores, metas e projetos constantes deste Relatório traduzem o desempenho da Gestão, que, no período, alcançou, em média, resultados bastante satisfatórios, fruto do labutar de todos os partícipes, magistrados, servidores e estagiários. A força de trabalho certamente comunga da crença e da luta pelo constante aperfeiçoamento de nossas atividades, irmanados na nossa missão institucional, que é a entrega jurisdicional com celeridade e qualidade.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.



MARIA HELENA CISNE
Desembargadora Federal
Presidente

ANEXOS

Anexo I – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região

Indicador 01

Visão de Futuro: até 2014, ser reconhecida perante a sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

INDICADOR: Grau de Satisfação da Sociedade com a Justiça Federal da 2ª Região					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação da sociedade na Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	AGOR/SG (TRF2), CPLA/SG (SJRJ), SEGOR/SG (SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Por e-mail (advogados cadastrados no Push), formulário on line no site + formulários impressos				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar o nível de satisfação da sociedade em relação à Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% apurado em pesquisa de opinião pública de satisfação dos usuários da Justiça Federal da 2ª Região				
Situação (2010)	TRF2: 82,7%				
Situação (2011)	TRF2: 84,6%				
Situação (2012)	TRF2: NM SJRJ: NM SJES: 76,1%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	89%	91%	93%	95%	97%
SJRJ	89%	91%	93%	95%	97%
SJES	89%	91%	93%	95%	97%

Indicador 02

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Idade do Acervo	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	A quantidade de processos em tramitação há mais de 4 anos
Quem mede	NUEST/STI/TRF2
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES
Polaridade	Menor melhor
Por que medir	Avaliar a redução da idade do acervo
Como medir	% Processos em tramitação protocolados há mais de 4 anos
Situação (2010)	TRF2: 15% SJRJ: 55,5% JEFRJ: 2,3% SJES (1º grau): 47% JEFES: 2,7%
Situação (2011)	TRF2: 14.081/ 97.050x 100= 14,5% SJRJ: 193.132/ 401.976x 100= 48% JEFRJ: 11.828/ 131.902x 100= 9%

	SJES: $39.809 / 88.251 \times 100 = 45,1\%$				
	JEFES: $2.450 / 30.531 \times 100 = 8\%$				
Situação (2012)	TRF2: 14,7%				
	SJRJ: 48,8% JEFRJ: 8,6%				
	SJES: 46,7% JEFES: 7,2%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	17%	12%	7%	2%	0%
SJRJ	41%	36%	31%	26%	21%
SJES	42%	37	32%	27%	22%
JEFRJ	2%	0%	0%	0%	0%
JEFES	1%	0%	0%	0%	0%

Indicador 03

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processo de Conhecimento)					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A taxa de congestionamento do 1º e 2º graus e nos JEF's				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Mensurar a agilidade dos trâmites judiciais, através da redução da taxa de congestionamento				
Como medir	1 - {total de processos judiciais baixados/ (casos novos + casos pendentes)}				
Situação (2010)	TRF2: 50% - SJRJ: 46% - SJES: 30,3%				
	JEFRJ: 53% - JEFES: 31,51%				
Situação (2011)	TRF2: 46,6% - SJRJ: 65,8% - SJES: 64,9%				
	JEFRJ: 45,4% - JEFES: 67,9%				
Situação (2012)	TRF2: 42,8%				
	SJRJ: 67,2% - JEFRJ: 46,3%				
	SJES: 65% - JEFES: 58,4%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	43%	40%	37%	34%	31%
SJRJ	46%	43%	40%	37%	34%
SJES	32%	29%	26%	23%	20%
JEFRJ	31%	28%	25%	22%	19%
JEFES	57%	54%	51%	48%	45%

Indicador 04

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Tempo Médio na Tramitação no Processo da Aquisição de Bens e Serviços

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O tempo de finalização dos processos de aquisição de bens e serviços				
Quem mede	TRF2 (SAD), SJRJ (SAD/SCM), SJES (NCO/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2 (SAD), SJRJ, SJES (Núcleo de contratações)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Avaliar a tramitação dos processos administrativos dentro dos padrões estabelecidos				
Como medir	<p>% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total:</p> <p>A - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço;</p> <p>B - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço;</p> <p>C - 60 dias, para demais tomadas de preços;</p> <p>D - 50 dias, para convites e pregão;</p> <p>E - 8 dias para dispensa e inexigibilidade</p>				
Situação (2010)	TRF2: 41%	SJRJ: 59,9%	SJES: 13,7%		
Situação (2011)	TRF2: 32%	SJRJ: 65%	SJES: 74,2%		
Situação (2012)	TRF2: 30%	SJRJ: 96%	SJES: 68%		
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	60%	70%	80%	90%	100%
SJRJ	50%	60%	70%	80%	90%
SJES	32%	75%	80%	85%	90%

Indicador 05

Objetivo: otimizar a gestão de custos operacionais

INDICADOR: Despesa por Processo Judicial

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A despesa total (empenhada) por processo baixado				
Quem mede	SPO (TRF2) – SJRJ (SOF) – SJES (NOF)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Analisar da despesa total por processo				
Como medir	Despesa total - inativos – precatórios - rpvs – investimentos + depreciação /processos baixados				

Situação (2010)	TRF2: R\$ 4.575,21 SJRJ: R\$ 2.140,43 SJES: R\$ 3.474,38				
Situação (2011)	TRF2: R\$ 4.305,74 SJRJ: R\$ 2.044,69 SJES: R\$ 1.762,49				
Situação (2012)	TRF2: R\$ 4.304,35 SJRJ: R\$ 2.180,60 SJES: R\$ 2.229,63				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	3.610,00	3.690,00	3.825,00	3.990,00	4.200,00
SJRJ	1.940,00	2.040,00	2.140,00	2.250,00	2.360,00
SJES	2.850,00	2.940,00	3.090,00	3.245,00	3.400,00

Indicador 06

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Virtualização dos Processos					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de processos novos eletrônicos				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Levantar os processos virtualizados em relação aos processos novos distribuídos				
Como medir	Processos Novos Eletrônicos / Processos Novos Distribuídos				
Situação (2010)	TRF2: 0% - SJRJ: 84,1% - SJES: 76,5%				
Situação (2011)	TRF2: 0,01- SJRJ: 91,96% - SJES: 88,2%				
Situação (2012)	TRF2: 0% - SJRJ: 92,5% - SJES: 90,2%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	60%	70%	80%	90%
SJRJ	100%	100%	100%	100%	100%
SJES	100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: O cálculo das SJs considerou a média entre 1º grau e JEFs.

Indicador 07

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Processos de Trabalho Implantados	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	O quantitativo de processos implantados, em relação aos processos mapeados no SIGJUS
Quem mede	AGOR/SG (TRF2), CGOR/SAD (SJRJ) e SEGOR/SG (SJES) - SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS
Quando medir	Semestral
Onde medir	TRF e Seções (áreas administrativas)
Polaridade	Maior melhor
Por que medir	Levantar os processos implantados em relação aos processos mapeados no SIGJUS

Como medir	<i>Processos de trabalho implantados</i> <i>Número total de processos de trabalho mopeados</i>				
Situação (2010)	TRF2: 3,5% - SJRJ: 16,6% - SJES: 6,4%				
Situação (2011)	SEGOR / SG / SJES (SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS)				
Situação (2012)	SEGOR / SG / SJES (SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS)				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJRJ	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJES	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)

Indicador 08

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Número de Magistrados por Habitantes					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação de magistrados de 1º e 2º grau, por habitantes				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar relação de Magistrado da Região em relação aos habitantes				
Como medir	Nº de magistrados x 100.000 / nº de habitantes				
Situação (2010)	TRF2: 0,13 SJRJ: 1,35 SJES: 1,19				
Situação (2011)	TRF2: 0,18 SJRJ: 1,05 SJES: 0,9				
Situação (2012)	TRF2: 0,18 SJRJ: 1,14 SJES: 0,84				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13
SJRJ	1,14	1,32	1,34	1,37	1,39
SJES	1,00	1,16	1,21	1,26	1,30

Indicador 09

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Grau de Interiorização da Justiça	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Quantidade de Municípios atendidos pela Justiça Federal
Quem mede	Corregedoria
Quando medir	Anual
Onde medir	SJRJ/SJES
Polaridade	Maior melhor
Por que medir	Verificar a quantidade de Municípios com vara federal instalada
Como medir	Municípios atendidos com Vara Federal instalada / Total de Municípios
Situação (2010)	SJRJ: 20 / 92 X 100= 21,7% - SJES: 6 / 76 X 100 = 7,9%

Situação (2011)	SJRJ: 20 / 92 = 21,7% - SJES: 6 / 76 = 7,9%				
Situação (2012)	SJRJ: 21,7% SJES: 7,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
SJRJ	21,7%	21,7%	21,7%	23,9%	23,9%
SJES	6,4%	6,4%	7,7%	7,7%	9%

Indicador 10

Objetivo: promover a efetividade no cumprimento das decisões

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processos de Execução)					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação entre os processos de execução baixados e o acervo existente				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Verificar o quantitativo de execuções baixadas em relação às execuções pendentes				
Como medir	1-{processos de execução baixados / (casos novos + casos pendentes)}				
Situação (2010)	TRF2: Não se aplica - SJRJ: 89,2% - SJES: 88,5% - JEFRJ: 42,7% - JEFES: 44,5%				
Situação (2011)	TRF2: Não se aplica - SJRJ: 87,5% - SJES: 91,5% - JEFRJ: 41% - JEFES: 44,1%				
Situação (2012)	TRF2: Não se aplica				
	SJRJ: 87,1% - JEFRJ: 26,9%				
	SJES: 86,8% - JEFES: 33,6%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	-	-	-	-	-
SJRJ	87%	84%	81%	78%	75%
SJES	85%	82%	79%	76%	73%
JEFRJ	58%	55%	52%	49%	46%
JEFES	65%	62%	59%	56%	53%

Indicador 11

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número Iniciativas Sociais Realizadas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				

Por que medir	Apurar o número de ações e/ou projetos que promovam a inclusão social e contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão				
Como medir	Total de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Situação (2010)	TRF2: 381 - SJRJ: 9 - SJES: 8				
Situação (2011)	TRF2: 405 - SJRJ: 12 - SJES: 20				
Situação (2012)	TRF2: 466 - SJRJ: 11 – SJES: 77				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	350	385	425	465	515
SJRJ	08	10	11	12	14
SJES	10	12	14	16	18

Indicador 12

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número de Pessoas Beneficiadas pelas Iniciativas Sociais Realizadas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar do número de participantes nas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Como medir	Total de participantes nas iniciativas sociais realizadas no período				
Situação (2010)	TRF2: 114.119 - SJRJ: 1.086 – SJES: NA				
Situação (2011)	TRF2: 138.518 - SJRJ: 1.628 – SJES: 3.220				
Situação (2012)	TRF2: 170.919 – SJRJ: 1.025 – SJES: 2.469				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	115.000	125.000	135.000	145.000	150.000
SJRJ	420	700	770	840	980
SJES	2.800	3.000	3.300	3.600	4.000

Indicador 13

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Papel	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Consumo per capita de resmas de papel no período
Quem mede	TRF2 (SAT), SJRJ (SCM), SJES (SEMAT/SG/SJES)
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES
Polaridade	Menor melhor

Por que medir	Apurar o consumo per capita de resmas de papel em relação à média do consumo do ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de resmas de papel utilizada no período				
Situação (2010)	TRF2: 6,4 resmas / per capita SJRJ: 7,8 resmas / per capita SJES: 7,2 resmas / per capita				
Situação (2011)	TRF2: 9,7 resmas / per capita SJRJ: 9,9 resmas / per capita SJES: 14,5 resmas / per capita				
Situação (2012)	TRF2: 10 resmas / per capita SJRJ: 9 resmas / per capita SJES: 8,4 resmas / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	7,5	7	6,5	6	5
SJRJ	10	10	9	9	8
SJES	12	11,4	10,4	9	6

Indicador 14

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Água	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Consumo per capita de água no período
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES
Polaridade	Menor melhor
Por que medir	Apurar o consumo per capita de água em relação à média do consumo do ano anterior
Como medir	Variação do consumo per capita de água utilizada no período
Situação (2010)	TRF2: $46.584 / 1.970 = 23,6$ m ³ / per capita SJRJ: $68.289 / 3.829 = 17,8$ m ³ / per capita SJES: $12.818,1 / 863 = 14,8$ m ³ / per capita
Situação (2011)	TRF2: $49.516 / 1.997 = 24,8$ m ³ / per capita SJRJ: $73.667 / 4.120 = 17,9$ m ³ / per capita SJES: $13.679 / 943 = 14,5$ m ³ / per capita
Situação (2012)	TRF2: 21,2 m ³ / per capita

	SJRJ: 17,1 m ³ / per capita				
	SJES: 12,1m ³ / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	22,0 m ³	21,6 m ³	21,2 m ³	20,8 m ³	20,4 m ³
SJRJ	20,3 m ³	20,5 m ³	20,9 m ³	21,1 m ³	21,3 m ³
SJES	16,5 m ³	16 m ³	15,5 m ³	15 m ³	14,5 m ³

Indicador 15

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Energia Elétrica					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de energia elétrica no período				
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de energia elétrica em relação à média do consumo no ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de energia elétrica utilizada no período				
Situação (2010)	TRF2: 4.928 KW/h per capita - SJRJ: 3.673 KW/h per capita - SJES: 2.087 Kwh/ per capita				
Situação (2011)	TRF2: 4.957 KW/h per capita - SJRJ: 3.513 KW/h per capita - SJES: 2.491 Kwh/ per capita				
Situação (2012)	TRF2: 5.155 KW/h per capita - SJRJ: 3.326 KW/h per capita - SJES: 2.964 Kwh/ per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	4.639 kw/h	4.609 kw/h	4.580 kw/h	4.550 kw/h	4.520 kw/h
SJRJ	2.035 kw/h	2.075 kw/h	2.158 kw/h	2.201 kw/h	2.245 kw/h
SJES	1.850 kw/h	1.800 kw/h	1.750 kw/h	1.700 kw/h	1.650 kw/h

Indicador 16

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Responsabilidade Ambiental	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Iniciativas para incentivar e promover a responsabilidade ambiental
Quem mede	TRF2 (SEG/SEGEST), SJRJ (SLO), SJES (SEGOR/SG/SJES)
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES
Polaridade	Maior melhor
Por que medir	Verificar o aumento das iniciativas de responsabilidade ambiental
Como medir	Total de iniciativas de responsabilidade ambiental no período
Situação (2010)	TRF2: 52 - SJRJ: 18 - SJES: 6
Situação (2011)	TRF2: 54 - SJRJ: 15 - SJES: 16
Situação (2012)	TRF2: 43 - SJRJ: 14 - SJES: 13

META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	39	42	45	48	51
SJRJ	10	10	13	15	20
SJES	10	10	13	15	20

Indicador 17

Objetivo: garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Projetos Estratégicos Executados no Prazo Estabelecido no Plano do Projeto

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantidade de projetos estratégicos executados no prazo				
Quem mede	TRF2 (CEGEST), SJRJ (CGOR), SJES (SEGOR).				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Acompanhar a evolução da estratégia				
Como medir	Número de projetos estratégicos executados no prazo / Total de projetos estratégicos propostos				
Situação (2010)	TRF2: 27 / 35 = 77% - SJRJ: 6 / 6 = 100% - SJES: 16 / 22= 72%				
Situação (2011)	TRF2: 15 / 30 = 50% - SJRJ: 66% - SJES: 6 / 7= 85,7%				
Situação (2012)	TRF2: 79% - SJRJ: 100% - SJES: 50%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	80%	80%	80%	80%
SJRJ	80%	80%	80%	80%	80%
SJES	80%	80%	80%	80%	80%

Indicador 18

Objetivo: fortalecer as relações da Justiça Federal da 2ª Região com outros órgão e instituições

INDICADOR: Convênios de Cooperação Técnica com os Demais Poderes e Instituições

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Número de convênios de cooperação técnica realizados com resultados				
Quem mede	TRF2 (AGOR), SJRJ (CJUD/SG/SJRJ), SJES (NAJ/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Identificar as relações em parcerias entre instituições				
Como medir	Número de convênios de cooperação técnica com resultados alcançados / total de convênios de cooperação técnica				
Situação (2010)	TRF2: 5 / 5 = 100% - SJRJ: 2 / 3 = 66% - SJES: 46 / 46 = 100%				
Situação (2011)	TRF2: 7 / 7 = 100% - SJRJ: 3 / 3 = 100% - SJES: 12 / 12 = 100%				
Situação (2012)	TRF2: 100% - SJRJ: 100% - SJES: 53%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	87%	88%	95%	95,2%	95,6%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 19

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Informações Positivas na Mídia					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Quantidade de informações positivas sobre a Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF2 (ACOS), SJRJ (NCOS/DIRFO/SJRJ), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (mídia impressa + internet)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a imagem da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	Quantidade de matérias positivas / total de matéria				
Situação (2010)	TRF2: 431 / 488 = 88,3% - SJRJ: NA SJES: 118 / 129 = 91,5%				
Situação (2011)	TRF2: 416 / 751 = 55,4% - SJRJ: 38 / 57 = 66,7% - SJES: 150 / 184 = 81,5%				
Situação (2012)	TRF2: 63% - SJRJ: 75,6% - SJES: 85,4%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	77%	81%	85%	89%	93%
SJRJ	75%	80%	85%	90%	95%
SJES	75%	80%	85%	90%	95%

Indicador 20

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF2 (RH), SJRJ (SGP/SJRJ), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (pesquisa de clima organizacional)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional nas questões relativas à comunicação interna.				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF2: 40,9% - SJRJ: 64,2% - SJES: 36,5%				
Situação (2012)	TRF2: 32,9% - SJRJ: 40,3% - SJES: 32,1%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	40%	50%	60%	70%	80%
SJRJ	65%	75%	78%	80%	85%
SJES	40%	50%	60%	70%	80%

Indicador 21

Objetivo: desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

INDICADOR: Capacitação nas Competências Estratégicas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados				
Quem mede	TRF2 (SRH/DICRE/EMARF), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Capacitar Magistrados e Servidores com foco em resultados				
Como medir	Total de pessoas treinadas com pelo menos 15 horas nas competências estratégicas / total de pessoas				
Situação (2010)	TRF2: 325 (183 mag.+ 142 serv.) / 1472 (233 mag.+ 1239 serv.) = 22%				
	SJRJ: 897 / 2458 = 36,5% - SJES= 154 / 530= 29%				
Situação (2011)	TRF2: 275 (149mag.+126 serv.) / 1.460 (199mag.+1.261 serv.) = 18,8%				
	SJRJ: 1.134 / 2.517 = 45% - SJES: 28%				
Situação (2012)	TRF2: 15,1% - SJRJ: 56% - SJES: 17,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJRJ	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJES	25%	27,5%	30%	32,5%	35%

Indicador 22

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Clima Organizacional					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A satisfação dos servidores e magistrados em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento da instituição, motivação, qualidade de vida, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Quem mede	TRF2 (SRH), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Avaliar a satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional				
Como medir	% de avaliações positivas nas perspectivas da pesquisa de clima organizacional				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF: 54,9% SJRJ: 76,3% SJES: 67,9%				
Situação (2012)	TRF: 72,7% SJRJ: 78,8% SJES: 78,8%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	55%	60%	65%	70%
SJRJ	50%	55%	60%	65%	70%
SJES	50%	55%	60%	65%	70%

Obs.: Pesquisa realizada com material encaminhado pelo CNJ.

Indicador 23

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Absenteísmo					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	O índice de absenteísmo dos magistrados e servidores				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o grau de afastamento no trabalho				
Como medir	Nº de dias não trabalhados / nº de magistrados e servidores x nº de dias úteis X 100				
Situação (2010)	TRF2: 3,3% - SJRJ: 5,8% - SJES: 4,3%				
Situação (2011)	TRF2: 3,2% - SJRJ: 5,6% - SJES: 3,7%				
Situação (2012)	TRF2: 3,6% - SJRJ: 5,8% - SJES: 4,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	6%	6%	6%	6%	6%
SJRJ	6%	6%	6%	6%	6%
SJES	6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 24

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Aderência aos Padrões Mínimos de TI Estabelecidos para o Poder Judiciário					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Aderência aos padrões mínimos de TI, estabelecido para o judiciário				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar se os padrões de TI mínimos estão sendo atendidos				
Como medir	Itens atendidos / total de itens estabelecidos				
Situação (2010)	TRF2: 70% - SJRJ: 75% - SJES: NA				
Situação (2011)	TRF2: 81,5% - SJRJ: 87,5% - SJES: 62,9%				
Situação (2012)	TRF2: 81,5% - SJRJ: 87,5% - SJES: 66,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	20%	40%	60%	80%	100%
SJRJ	82%	85%	87%	90%	95%
SJES	20%	40%	60%	80%	100%

Obs.: falta definição dos critérios mínimos as serem observados no cálculo Res. 90/2009-CNJ

Indicador 25

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Índice de Satisfação com as Instalações Físicas					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	A satisfação dos Magistrados e Servidores com as instalações físicas				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/ CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judicial)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas				
Como medir	Pesquisa de clima organizacional				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF2: 63,6% - SJRJ: 80,5% - SJES: 87,2%				
Situação (2012)	TRF2: 55,8% - SJRJ: 49,7% - SJES: 69,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	67%	74%	81%	88%	90%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 26

Objetivo: garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais da tecnologia de informação

INDICADOR: Disponibilidade de Serviços Essências de TI					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Tempo de disponibilidade dos serviços essenciais				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a disponibilidade dos serviços				
Como medir	1 - tempo de indisponibilidade de serviços essenciais / tempo total do período x 100				
Situação (2010)	TRF2: 98,6% - SJRJ: 93,7% - SJES: 96,4%				
Situação (2011)	TRF2: 97,5% - SJRJ: 94,1% - SJES: 97,9%				
Situação (2012)	TRF2: 99,4% - SJRJ: 97% - SJES: 98,5%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJRJ	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJES	95%	98%	98,5%	99,5%	99,9%

Indicador 27

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Participação dos projetos estratégicos sobre o orçamento				
Quem mede	TRF2 (SPO), SJRJ (SOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/ SJRJ/ SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar quanto foi disponibilizado para os projetos estratégicos em relação ao orçamento total (custeio + capital)				
Como medir	Valor disponibilizado para os projetos estratégicos / total do orçamento total (custeio + capital)				
Situação (2010)	TRF2: 3,1% SJRJ: 1,7% SJES: 1,7%				
Situação (2011)	TRF2: 4,5% SJRJ: 2,5% - SJES: 5,1%				
Situação (2012)	TRF2: 7,8% SJRJ: 1,9% - SJES: 5,0%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	14,5%	15,5%	16,5%	18,5	20,0%
SJRJ	13,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%
SJES	14,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%

Indicador 28

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Execução do Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Nível de execução dos projetos estratégicos				
Quem mede	TRF2, SJRJ (NOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar a utilização do valor disponibilizado para os projetos estratégicos				
Como medir	Valor executado (empenhado) dos projetos estratégicos / Valor disponibilizados para os projetos estratégicos				
Situação (2010)	TRF2: R\$ 5.149.397,17 / R\$ 8.533.104,60 = 60,2%				
	SJRJ: R\$ 11.350.000,00 / R\$ 11.947.368,42 = 95%				
	SJES: 95%				
Situação (2011)	TRF2: R\$10.136.847,17/R\$13.213.265,00 = 77%				
	SJRJ: 100%				
	SJES: 58,8%				
Situação (2012)	TRF2: 92% SJRJ: 99,9% SJES: 99,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	85%	90%	95%	100%
SJRJ	80%	85%	90%	95%	100%
SJES	80%	85%	90%	95%	100%

**ANEXO II –
EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO – DEZEMBRO/2012**

São incluídos os servidores do quadro, servidores requisitados, servidores em exercício provisório neste órgão e servidores sem vínculo ocupantes de cargo em comissão. Os servidores que se encontram em férias, licenças médicas, suspensões, licenças-prêmio e outros afastamentos temporários também são computados para efeito de força de trabalho.

São excluídos os servidores cedidos, em disponibilidade, em exercício provisório em outro órgão e em licença sem vencimentos.

(critérios conforme Memorando n.º 040/SPO, de 28.04.94).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO														
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Magistrados do TRF	23	23	23	23	23	23	23	23	23	24	24	24		
Magistrados Convocados	22	12	14	13	13	14	19	15	14	12	11	11		
Magistrados Cedidos (-)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Magistrados Licenciados/Afastados (-)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total da Força de Trabalho dos Magistrados	45	35	37	36	36	37	42	38	37	36	35	35		
Servidores do Quadro	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	202	202	202	207	205	204	201	200	202	204	211	220	
	CJ-1 a CJ-4	83	83	84	84	83	83	83	82	86	86	86	87	
	FC-01 a FC-06	711	711	709	704	706	706	706	705	706	710	707	707	
	Cedidos (-)	(56)	(57)	(58)	(59)	(62)	(62)	(60)	(59)	(59)	(59)	(62)	(64)	
	Removidos (-)	(55)	(55)	(55)	(55)	(54)	(54)	(51)	(51)	(51)	(51)	(51)	(53)	
	Exercício Provisório (-)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	
	Licença Sem Vencimentos (-)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(3)	(4)	(5)	(5)	(4)	(4)	
Cargo em Comissão (CJ-1 a CJ-4) s/vínculo	27	27	27	27	26	26	25	25	24	24	24	24		
Servidores de Outros Órgãos	Servidores Requisitados (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	11	11	12	14	14	12	14	13	12	13	13	
		CJ-1 a CJ-4	31	32	32	32	33	33	34	37	36	35	34	
		FC-01 a FC-06	160	160	161	161	161	162	158	156	162	162	163	164
	Servidores Removidos (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	17	17	19	16	16	16	18	16	17	15	16	15
		CJ-1 a CJ-4	23	22	21	21	21	21	20	20	18	18	18	18
		FC-01 a FC-06	112	113	113	116	116	117	111	112	107	108	107	108
	Exercício Provisório (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		CJ-1 a CJ-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		FC-01 a FC-06	7	7	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
	Licença Sem Vencimentos (-)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total da Força de Trabalho dos Servidores	1263	1263	1264	1265	1262	1260	1255	1251	1254	1259	1261	1268		
Total da Força de Trabalho	1308	1298	1301	1301	1298	1297	1297	1289	1291	1295	1296	1303		

Tribunal Regional Federal – 2ª Região